

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**  
**DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO**  
**DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS/INGLÊS**

MARINA ANTUNES POLAK

**VISÕES MUDIÁTICAS DE LÍNGUA:**  
**UMA ANÁLISE DE RETEXTUALIZAÇÕES EM TELEJORNALIS**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**CURITIBA**

**2014**

**MARINA ANTUNES POLAK**

**VISÕES MUDIÁTICAS DE LÍNGUA:  
UMA ANÁLISE DE RETEXTUALIZAÇÕES EM TELEJORNALIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Letras Português/Inglês, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.  
Orientadora: Profª. Drª. Paula Ávila Nunes

**CURITIBA**

**2014**



Ministério da Educação  
**Universidade Tecnológica Federal do  
Paraná**  
Câmpus Curitiba



Departamento Acadêmico de Comunicação e Expressão  
Departamento Acadêmico de Línguas Estrangeiras Modernas  
Curso de Licenciatura em Letras Português/Inglês

---

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

### **VISÕES MIDIÁTICAS DE LÍNGUA: UMA ANÁLISE DE RETEXTUALIZAÇÕES EM TELEJORNAIS**

por

MARINA ANTUNES POLAK

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado em 27 de agosto de 2014 como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Letras Português/Inglês. A candidata foi arguida pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

---

Paula Ávila Nunes  
Profª. Orientadora

---

Carolina Fernandes da S. Mandají  
Membro titular

---

Maria de Lourdes R. Remenche  
Membro titular

- O *Termo de Aprovação* assinado encontra-se na Coordenação do Curso -

## AGRADECIMENTOS

Somos, desde antes de nosso nascimento, permeados por todo tipo de estímulo, que possibilitam nosso crescimento e desenvolvimento. O desafio de aprender é constante e ao longo de nossas vidas encontramos diversas pessoas que nos auxiliam e nos incentivam a passarmos por várias etapas de aprendizado, de conhecimento. Não se trata, portanto, de um processo que passamos sozinhos: somos encorajados por quem nos deseja o melhor ou viu em nós ao menos um traço de capacidade. Este trabalho é o reflexo de toda a minha jornada, composta pelo apoio e impulso daqueles que me fizeram estar e chegar onde estou e que, neste momento, dedico minha gratidão:

Primeiramente, agradeço a Deus por me conceder a vida e permitir com que meu coração continuasse batendo, além de manter minha capacidade cognitiva, física e psicológica para que eu pudesse chegar onde estou. Agradeço pelo amor e por ter me dado todas as oportunidades, todas as experiências de força, fé, coragem e conhecimento e que formaram o ser que sou hoje. Agradeço ainda pela vida de todos que amo.

Agradeço aos meus avós maternos, Marino (*in memoriam*) e Ester, e meus avós paternos, Florentino (*in memoriam*) e Antônia, por terem na simplicidade o modo sábio de ver a vida e por terem dado existência aos meus pais da forma mais bonita, fazendo deles pessoas maravilhosas.

Agradeço aos meus pais, Miguel e Adriana, por toda a dedicação, pelas broncas, pelo carinho. Agradeço pelo investimento e incentivo para o estudo, me mostrando que esse é o melhor caminho para ser alguém na vida. Agradeço pelas noites que me acudiram, pelos abraços acolhedores, pelas palavras de carinho, pelo amor incondicional. Vocês são minha inspiração e meus exemplos de integridade.

Agradeço ao meu irmão, Tauan, que, mesmo sem saber, me estimulou a crescer, tentar e conseguir. Agradeço pelo exemplo de força, de coragem e dedicação; além das demonstrações, mesmo que constrangidas, de amor de um irmão mais velho, que se importa do seu jeitinho.

Agradeço a todos os meus amigos, inclusive àqueles que já foram embora, mas que fizeram de minha companhia algo importante. Agradeço aqueles que cresceram comigo – amigos e primos, que dividiram suas histórias e me fizeram ver o mundo diferente. Contudo, hoje agradeço especialmente aqueles que me fizeram crescer academicamente: às amigas que fiz logo no começo, Nicole, Renata e Thalyta, que,

mesmo cada uma tendo seguido um caminho, muito me ensinaram, cada uma de um jeito, me estimularam e fizeram da minha graduação mais feliz; à Andréa, que me acolheu, me deu suporte, me ensinou e trocou muitas e diversas ideias comigo; ao Anderson, que com seu jeito assertivo me fez refletir diversas vezes; à Mariana, que me acompanhou nos estágios e com ela aprendi parte do que um curso de licenciatura exige; e à Bruna, que sempre tinha uma palavra amiga para oferecer, fosse de carinho, consolo ou crescimento desde que a conheci. Na verdade, todos os colegas que tive ao longo desses quatro anos me ensinaram algo – fossem eles mais próximos ou mais distantes, mais tímidos ou extrovertidos: agradeço a todos por terem feito parte desse momento importante de minha vida e terem dividido comigo suas histórias, permitindo também com que eu fizesse parte delas.

Devo, essencialmente, agradecer aos meus mestres. Ao longo de minha vida escolar, aprendi o quanto devemos admirar nossos professores: seja pela garra, paciência, dedicação. Infelizmente, descobri que alguns deles não deviam exercer essa profissão tão fantástica. Ainda assim, devo confessar, algo aprendi com eles: nem todos possuem o talento de lidar com gente, muito menos para serem referências. Por sorte, minha vida acadêmica na UTFPR foi cercada com mais professores que se diferem disso: com pessoas incríveis e que merecem toda minha gratidão. A vasta gama de professores maravilhosos me proporcionou uma formação de ótima base; mas, além disso, tive a oportunidade de conhecer seres humanos sensacionais, pelos quais tenho uma grande admiração profissional e também de caráter.

Gostaria de escrever uma mensagem a cada um deles, enfatizando meu agradecimento, minha admiração e meu orgulho, contudo irei me ater aqui em somente dois nomes: não posso finalizar meu trabalho de conclusão de curso sem agradecer ao professor Paulo Strogenski pela minha primeira oportunidade de estágio – que duraram dois anos – no Decom: lugar que conheci pessoas incríveis, que me ensinaram muito e me proporcionaram experiências maravilhosas. Devo ainda agradecer à professora Paula Ávila Nunes, orientadora deste trabalho, que teve a paciência de ler e reler essas linhas, de tirar minhas dúvidas – até mesmo de madrugada – e acalmar minha ansiedade. Obrigada por ter me ouvido diversas vezes, por ter me dado ideias e ser um exemplo.

Enfim, a todos os funcionários da UTFPR que fizeram parte de minha jornada, a todos que torceram por mim e me ajudaram nesse percurso: meu muito obrigada!

*A linguagem é o bem mais precioso e  
também o mais perigoso que foi dado ao  
homem. (Friedrich Hölderlin)*

## RESUMO

POLAK, Marina Antunes. **Visões midiáticas de língua**: uma análise de retextualizações em telejornais. 2014. 73f. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Letras Português/Inglês - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

O presente trabalho pretende levantar e analisar exemplos de retextualização de escutas telefônicas, veiculadas na mídia televisiva, buscando verificar, por meio de uma análise discursiva, os efeitos de sentido que essa transposição de gêneros veicula. Tais práticas de retextualização interessam na medida em que revelam certa apreciação e predileção de determinadas variantes linguísticas em detrimento a outras, uma vez que grande parte das retextualizações apresentadas em jornais empregam alguns termos entre aspas e/ou em itálico, ora realizando marcações que denotam os considerados erros gramaticais – com base na norma culta –, ora deixando outras variantes sem destaque. Assim, inserido na área de Linguística e desenvolvido com base nos pressupostos teóricos desenvolvidos pela Sociolinguística, este trabalho parte de teóricos como Bagno (2007) e Marcuschi (2010), que nos auxiliam a compreender melhor os aspectos de variação, de retextualização e de trabalho com a língua. Entretanto, o esteio teórico que conduz nossas reflexões é a Análise do Discurso de linha francesa, que nos permite entender que efeitos de sentidos tais marcações podem gerar. Dessa forma, procurando entender como é realizado esse trabalho de editoração e retextualização de grampos telefônicos e, principalmente, o que a falta de homogeneidade nesses trabalhos pode denotar sobre a visão midiática de língua e seu trato com variações linguísticas de falantes oriundos de classes sociais diferentes, buscou-se compor um *corpus* de retextualizações, apresentadas na televisão entre um período de um ano, para obter um breve e atual panorama do tratamento da língua na mídia televisiva.

**Palavras-chave:** Língua. Mídia. Efeitos de sentido. Retextualização.

## ABSTRACT

POLAK, Marina Antunes. **Media views on language**: an analysis of retextualization in the news programmes. 2014. 73f. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Letras Português/Inglês – Federal Technology University - Parana. Curitiba, 2014.

This study intends to raise and analyze examples of retextualizations of wiretappings broadcasted in television, aiming at verifying, through a discourse analysis, the effects of meaning this transposition of genres may generate. Such retextualizations are of interest as they reveal certain appreciation and preference for some linguistics variants and not others. This happens because a great part of retextualization practices presented in the news make use of quotation marks or italics to highlight certain words, either highlighting those constructions considered errors when taking into consideration the standard linguistic variety or leaving other expressions unmarked. In this sense, inserted in the area of Linguistics and developed based on the principles of Sociolinguistics, this work starts with the contributions of theoreticians such as Bagno (2007) and Marcuschi (2010), who assist us in understanding the aspects of linguistic variation, retextualization and the work with language. However, the theoretical basis that conduct out analyses is the French Discourse Analysis, which allows us to understand the effects of meaning such highlights may generate. Thus, aiming to understand how the work of edition and retextualization of wiretaps is carried out and, especially, what the lack of homogeneity in such works may denote in relation to how media sees language and deals with linguistic variation of speakers from different economic classes, we sought to compose a *corpus* of retextualizations broadcasted in a period of one year in order to obtain a brief and current overview of how language is dealt with by media.

**Keywords:** Language. Media. Effects of meaning. Retextualization.



## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>9</b>
<b>1 REFLEXÕES SOBRE O DISCURSO MUDIÁTICO .....</b>	<b>12</b>
1.1 A variação linguística na formação de comunicadores sociais.....	15
1.2 Estudos sobre língua e mídia .....	17
<b>2 NOÇÕES FUNDAMENTAIS PARA UMA ANÁLISE DISCURSIVA.....</b>	<b>21</b>
2.1 Edição.....	25
2.2 O discurso de outrem: mudanças no discurso .....	26
<b>3 DO ORAL PARA A ESCRITA - TRANSCREVER OU RETEXTUALIZAR? 30</b>	
3.1 A fala <i>versus</i> a escrita .....	30
3.2 Transcrição e retextualização.....	32
3.3 Modelo operacional para retextualização .....	33
3.4 Metodologia e constituição do <i>corpus</i> .....	35
<b>4 ANÁLISES.....</b>	<b>37</b>
4.1 Análise 01 .....	37
4.2 Análise 02 .....	46
4.3 Análise 03 .....	52
4.4 Análise 04 .....	57
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>68</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>71</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Sabe-se que existem diversas variantes linguísticas em um só país. Como aponta Castilho (2010), a *variação linguística* ocorre devido à heterogeneidade da escrita e da fala do português brasileiro – seja em períodos e lugares diferentes, ou por pessoas e situações distintas. A convivência social e a multiplicidade de situações exigem a constante mudança da língua.

Tal diversidade acaba por gerar opiniões por vezes bastante divergentes no que concerne à língua: enquanto linguistas são enfáticos em combater o preconceito linguístico, muitos falantes ainda acreditam se tratar de um “desvio de conduta” linguística. Mesmo jornalistas, que têm a língua como instrumento de trabalho e, portanto, são mais conhecedores das características desse organismo vivo, propagam a ideia de que há formas mais corretas de empregá-la, normalmente se pautando em concepções puramente normativas de gramática e uso linguístico. Alguns exemplos de como a mídia trata a questão da variação linguística serão abordados ao longo deste trabalho.

Por ora, cabe salientar que, além de ser importante considerar a existência das variações linguísticas e de se refletir sobre o modo como elas nos são apresentadas, o que já é realizado por inúmeros estudos da área de sociolinguística, é interessante observar que perspectivas de língua são difundidas ou ocultadas pela mídia em sua ampla programação, uma vez que é por meio dela que se dá grande parte da consolidação e formação de opinião da massa<sup>1</sup>. Ou seja, a hipótese que norteia este trabalho é a de que, se a mídia, especialmente a televisiva, propaga, como supomos, uma visão estritamente normativa de língua, é de se esperar, pelo alcance que os veículos de comunicação têm, que tais perspectivas também atinjam telespectadores e possam, mesmo que inconscientemente, contribuir para as ideias que o falante comum tem sobre as variantes vigentes em seu país. Dito de outra forma, compreender os *efeitos de sentido* produzidos pela mídia pode auxiliar no entendimento sobre a própria concepção de língua que acaba sendo propagada por esse meio de comunicação.

---

<sup>1</sup> Britto (1997, p. 103 apud VELHO, 2012, p. 10) propõe que “um dos fundamentais instrumentos de formação de opinião na sociedade industrial de massa é a mídia”.

Assim, partimos da hipótese de que o discurso da mídia, como qualquer outro, é interpelado por ideologias e, por se tratar de uma instituição formadora de opinião, tem alcance suficiente para influenciar a população, inclusive no que concerne à língua.

Nesse sentido, e restringindo o estudo a um objeto bem específico, dadas as limitações de abrangência desta pesquisa, este trabalho tem por escopo apenas a mídia televisiva e busca verificar os efeitos de sentido provocados por marcações em retextualizações de conversas telefônicas em telejornais. A escolha desse objeto se dá por acreditarmos que as escutas telefônicas apresentam grande potencial de análise por colocar em evidência a variação linguística e as formas com que a mídia televisiva lida com ela.

Também se torna relevante salientar que, apesar de dar bastante ênfase ao tratamento de variantes linguísticas, este trabalho é sustentado pelo viés teórico da Análise do Discurso de linha francesa. Isso porque acreditamos que não é possível compreender os reais efeitos que a mídia tem sobre a população, restando-nos apenas a possibilidade de avaliar que efeitos de sentido podem ser percebidos por meio do tratamento dispensado pela mídia em relação às questões linguísticas. Trata-se, pois, de um trabalho de interpretação baseado em aspectos históricos, linguísticos e sociais, tal como preconiza essa linha de estudos.

Com esses propósitos estabelecidos, este trabalho está organizado em quatro capítulos: O primeiro deles realiza um breve panorama a respeito da mídia na sociedade brasileira, apontando, por exemplo, alguns programas que falam sobre a língua, a variação linguística na formação de comunicadores sociais e realizando um levantamento de outros estudos sobre mídia e língua. O segundo tem por objetivo a apresentação de conceitos teóricos da Análise do Discurso, fundamentais para a reflexão e o desenvolvimento deste trabalho. O terceiro aborda concepções específicas sobre a transposição de gêneros – do texto oral para o escrito – bem como a diferenciação da terminologia aqui proposta – transcrever e retextualizar –, além de apontar a metodologia de coleta e composição do *corpus*. O quarto capítulo apresenta o *corpus* e suas respectivas análises, seguidas por considerações finais a respeito do trabalho desenvolvido.

Esse processo tem como fim, portanto, a análise de efeitos de sentidos produzidos em atividades de retextualização de quatro escutas telefônicas, atentando, principalmente, para o que concerne à visão de língua adotada pelo transcritor. O foco

deste trabalho, nesse sentido, não é promover uma discussão a respeito de qual emissora realiza o processo de retextualização da melhor maneira, ou verificar/emitir juízos de valor mas, sim, compreender os efeitos de sentido causados por essa ferramenta jornalística<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Sabe-se que o ato de transcrever/retextualizar não se restringe somente à área jornalística e linguística: essa ação é utilizada também por diversos outros campos. Portanto, este trabalho pode servir como motivação para a análise de outras esferas e *corpora*.

## 1 REFLEXÕES SOBRE O DISCURSO MIDIÁTICO

Desde seu surgimento, a mídia ocupou um papel de destaque na sociedade, apresentando uma função não somente de entretenimento, mas também de veiculação de notícias e informações. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), aproximadamente 95% das casas brasileiras possuem aparelho de televisão, manifestando um largo alcance na população.

Principalmente no viés cultural, os programas televisivos são influentes, ditando moda, apresentando temas, ideias e conduzindo opiniões. É justamente devido a esse poder influenciador que a mídia também auxilia e propaga mitos e condições relacionados às questões sociais, podendo ainda enfatizar, conscientemente ou não, alguns relatos, discursos e posições ideológicas em vez de outras. A língua, que da mesma forma é um produto social e sofre diretamente influência do tempo e do espaço em que está inserida, está sujeita também às influências da mídia, principalmente pela maneira como é apresentada e utilizada em seus diversos programas.

Os discursos também são práticas sociais, definidas de maneira institucional e histórica e promovidas por relações de poder e saber, entre os quais se inclui a mídia (FOUCAULT, 1999). Dessa forma, os discursos midiáticos, assim como os de qualquer outra esfera, não são neutros e acabam causando efeitos de sentido inclusive em relação à própria língua.

Charaudeau (2012, p. 15) afirma que “‘informação’ e ‘comunicação’ são noções que remetem a fenômenos sociais; as mídias são um suporte organizacional que se apossa dessas noções para integrá-las em suas diversas lógicas”, sejam elas econômicas, tecnológicas ou simbólicas. Essa lógica simbólica refere-se à

maneira pela qual os indivíduos regulam as trocas sociais, *constroem as representações dos valores que subjazem a suas práticas, criando, manipulando signos e, por conseguinte, produzindo sentido*. Não deixa de ser paradoxal (...) que seja essa lógica que governe as demais (p. 16 – grifo nosso).

O autor ainda propõe que a mídia “tem a pretensão de se definir *contra o poder e contra a manipulação* (...), entretanto, *o cidadão aparece com frequência como refém dela, tanto pela maneira como é representado, quanto pelos efeitos passionais provocados*” (p. 17 – grifos nossos). Nesse sentido, torna-se possível analisar, sob o

ponto de vista discursivo, os efeitos de sentido advindos de determinados usos linguísticos mobilizados pela mídia.

Ainda que este trabalho tenha por objeto os efeitos de sentido provenientes do *uso* que a mídia faz da língua, é oportuno também lembrar que a própria língua é, por vezes, tomada como objeto de discussão na esfera midiática, o que pode nos dar alguns indícios sobre os usos particulares a serem analisados aqui.

Um exemplo é o programa *Na Moral*<sup>3</sup>, da Rede Globo, que, no dia 15 de agosto de 2013, apresentou um debate sobre a Língua Portuguesa, contando com a ativa participação do gramático e professor Sérgio Nogueira, e de Osvaldo Vieira, professor e ex-corretor de provas do ENEM, ambos apresentados pelo âncora do programa, Pedro Bial, como “defensores<sup>4</sup> do uso da norma [cultura escrita]”. Com participação menos ativa, o que já revela a orientação do programa, esteve presente no debate também a linguista Sílvia Viera, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), apresentada como “representante e defensora da sociolinguística”.

Um dos momentos mais reveladores da posição adotada pelo programa em relação ao tema em debate se deu pelo “choque” de opiniões de Osvaldo e Sílvia: o apresentador afirma e questiona o que Osvaldo acha do fato de linguistas como Sílvia acusarem gramáticos de aturarem para a exclusão social; embora a professora não tenha dito disso, ela diz que aceita o debate, contudo, a palavra é dada ao professor e a acusação fica sem direito de resposta por parte da acadêmica.

Também é sintomático o depoimento do escritor Ferréz que, ao mesmo tempo em que reconhece a variação linguística, também é taxativo ao afirmar que o brasileiro não sabe português, pois a escola, incapaz de despertar o interesse do aluno pela língua, acaba sendo ineficiente na formação de falantes proficientes, que, devido ao déficit no ensino, passam a ter que “inventar palavras novas” para se comunicar eficientemente.

Com efeito, esse sentimento de uso certo ou errado da língua, pautado exclusivamente pela norma culta escrita, parece ser bastante enfatizado pelo programa desde sua abertura, quando um ditado em forma de disputa é realizado entre o professor Sérgio Nogueira e Bia Granja, apresentada como “defensora da cultura *web* e da expressão por meio do *internetês*”. O ditado, de forma provocativa, contou com

---

<sup>3</sup> O programa completo pode ser visto em dois blocos de vídeos, disponíveis nos seguintes *links*:  
<[http://www.dailymotion.com/video/x137c9q\\_na-moral-15-08-2013-1\\_shortfilms](http://www.dailymotion.com/video/x137c9q_na-moral-15-08-2013-1_shortfilms)>;  
<[http://www.dailymotion.com/video/x137cuc\\_na-moral-15-08-2013-2\\_shortfilms](http://www.dailymotion.com/video/x137cuc_na-moral-15-08-2013-2_shortfilms)>.

<sup>4</sup> O termo *defensores* foi proposto e apresentado no próprio programa – tanto para os gramáticos, como para a sociolinguista e para a internauta Bia Granja.

expressões que comumente são utilizadas na internet, como “comofas”. Após escrever desse modo e o gramático escrever “como faz”, Bial afirma que a resposta deste é a certa. Bia Granja, no entanto, antes de finalizar sua participação no programa, faz questão de ressaltar que, na verdade, ela sabe escrever “certo”. A avaliação de Bial, ignorante do contexto em que a expressão em questão é utilizada, e o próprio depoimento de Bia Granja deixam claro que a noção que prevalece e que tem destaque no programa é a de que existe uma forma correta de uso da língua, forma essa que exclui variações.

Para finalizar essa amostra de tratamento da língua pela mídia por meio desse programa específico, o apresentador resume a problemática: “Falar, cada um pode falar como quer, como quiser... Sabendo que corre o risco de não ser entendido. Mas há uma Língua Portuguesa que todo mundo, ou quase todo mundo, entende: o português ‘normal’”, propondo que seu “normal” seja entendido entre aspas, no sentido de “dentro das normas”. Ora, o que não é normal, é anormal. Bial ainda faz, ao longo do programa, perguntas como “você gosta de escrever *certo*?”, e finaliza com a seguinte mensagem, proferida em seu tom filosófico característico: “Não é porque a língua é viva que precisa ser um caos. (...) cuide bem da sua língua”.

Seguindo nosso empreendimento de relatar algumas instâncias em que a língua é abertamente discutida em programas de televisão, podemos oferecer também o exemplo do programa humorístico *Tá no Ar: a TV na TV*<sup>5</sup>. No dia 15 de maio de 2014, a abertura do programa se deu por meio de uma “interrupção da programação normal”, apresentando literalmente a conjugação do verbo *interromper* no pretérito-mais-que-perfeito. A seguir, antes da apresentação de seus quadros característicos, o programa realizou um “top cinco de palavras que ninguém sabe falar”, com as palavras “sombrancelha”; “largato”; “rezistro”; “salxixa”; e “talbua”. Trata-se de um breve exemplo, pois o estilo do programa tem por base pequenos blocos, constantemente interrompidos, como se o telespectador estivesse mudando de canal a todo instante; entretanto, já aponta um modo de tratamento e concepção de linguagem.

Com base nesses dois exemplos, aos quais poderíamos adicionar tantos outros, parece-nos que a ideia de normatização como modelo, como arquétipo único a ser seguido é frequente, e já nos dá indícios do modo como a mídia televisiva aborda a

---

<sup>5</sup> O programa está disponível *online* e pode ser visto no *link*: <<http://globo.com/rede-globo/ta-no-ar-a-tv-na-tv/v/ta-no-ar-a-tv-na-tv-episodio-do-dia-15052014-aberto-e-completo/3349277/>>.

questão linguística. Resta-nos observar, assim, se essa visão também se verifica no *uso* que é feito por jornalistas da mídia televisiva, especificamente no que diz respeito à retextualização e exibição de escutas telefônicas, que tão comumente têm protagonistas falantes de variantes não-cultas da Língua Portuguesa.

### 1.1 A variação linguística na formação de comunicadores sociais

Uma vez que, como já mencionado, jornalistas e comunicadores sociais têm como ferramenta de trabalho precisamente a língua, pareceu-nos útil também verificar, ao menos preliminarmente, como os cursos dessas áreas têm tratado a questão da variação linguística. Até onde foi possível verificar, as grades<sup>6</sup> curriculares de cursos formadores de comunicadores sociais apresentam poucas ou nenhuma disciplina em que o tema de variação linguística seja discutido em suas implicações sociais. Também não parecem ser recorrentes as reflexões sobre o ato de *transcrever*<sup>7</sup> – termo comumente usado no Jornalismo – que será analisado mais adiante neste trabalho.

Dessa maneira, percebe-se que, mesmo havendo disciplinas de Língua Portuguesa e redação de textos diversos, há ainda certo desconhecimento a respeito do que muitos linguistas teorizam. Entretanto, mesmo quando parece haver contato com o básico, o discurso desses linguistas acaba sendo, muitas vezes, distorcido e/ou mal entendido, como ficou exemplificado com a discussão realizada no programa *Na Moral*, relatado anteriormente. Como se pôde notar, muitas pessoas, inclusive linguistas de outras orientações, mas, principalmente, leigos, levantam a questão de que, segundo as teorias variacionistas, “se pode falar como quiser sempre”, sem haver normas para conduzir o uso linguístico, ideia que, sabemos, é absolutamente rechaçada por sociolinguistas.

Um claro exemplo dessa distorção foi reforçado e veiculado com a polêmica em torno do livro didático *Por uma vida melhor*, de Heloísa Ramos, Cláudio Bazzoni e Mirella Cleto, lançado em 2011 e distribuído pelo Ministério da Educação (MEC). Tal obra apresentava exemplos de variação linguística e dedicava quantidade significativa

---

<sup>6</sup> Foi realizada uma busca de grades de cursos de comunicação, as quais apresentam somente disciplinas de Língua Portuguesa – mas não foram encontradas suas ementas. Após conversar com alunos de Jornalismo da UFPR, Tuiuti, Opet, PUC-PR e professores de Comunicação da UTFPR, verificou-se que esses alunos não têm contato com noções de variação linguística, nem orientações para o trabalho de transcrição/retextualização.

<sup>7</sup> Há diferenças teóricas entre transcrição e retextualização, esta última foco deste trabalho. Tais diferenças serão explicitadas em tempo hábil. Por ora, ambos os termos são utilizados de forma intercambiável; ou, por vezes, ligados: transcrição/retextualização.



de páginas à discussão sobre variação linguística. Muitos veículos apresentaram notícias como “MEC distribui livro didático que defende erro de concordância<sup>8</sup>” ou similares, desconsiderando que é uma variante de nosso país que os alunos devem conhecer e que pode ocorrer em alguns ambientes, sem que mereça ser discriminada. Alguns jornalistas, inclusive, como David Coimbra<sup>9</sup>, não só teceram fortes críticas ao livro, acusando-o de “defender a ignorância” das pessoas, como também não eximiram importantes linguistas das críticas, até mesmo zombando de suas reflexões.

Tais notícias também são um exemplo do tratamento da língua por meio da mídia, principalmente no que diz respeito à valorização da norma empregada por classes mais privilegiadas, criando certo “espetáculo” em cima de polêmicas sobre o que é certo e errado. A apresentação de afirmações como a relatada anteriormente já demonstra um tipo discurso, que também causa diversos efeitos de sentido na sociedade, inclusive a de que a língua é única e que as aulas de Língua Portuguesa devem ser de gramática (VELHO, 2012).

Contudo, essa questão<sup>10</sup>, a de que “se pode falar como quiser sempre”, com certeza, não é o propósito de nenhum trabalho que envolva o viés sociolinguístico ou qualquer outro estudo linguístico sério, os quais visam tão-somente ao entendimento de que é necessária adequação linguística em diferentes ambientes para se atingir diferentes propósitos.

Se refletirmos ainda, de maneira geral, não é raro vermos demonstrações de recriminação/preconceito com a fala de muitos grupos, principalmente em redes sociais<sup>11</sup>, criticando sotaques e, ainda, outros comportamentos e culturas. Nesse contexto, e dando certo reforço para que preconceitos se propaguem, percebe-se que o mais difundido veículo de comunicação em nosso país, a televisão, acaba contribuindo na construção de estereótipos (principalmente em programas humorísticos) e no

---

<sup>8</sup> Essa notícia pode ser vista no portal *Terra*: <[http://noticias.terra.com.br/educacao/mec-distribui-livro-didatico-que-defende-erro-de-concordancia,34f842ba7d2da310VgnCLD200000bbcceb0a\\_RCRD.html](http://noticias.terra.com.br/educacao/mec-distribui-livro-didatico-que-defende-erro-de-concordancia,34f842ba7d2da310VgnCLD200000bbcceb0a_RCRD.html)>.

<sup>9</sup> O *post* completo a respeito das opiniões desse jornalista se encontra em seu *blog*: <<http://wp.clicrbs.com.br/davidcoimbra/2011/05/19/a-defesa-da-ignorancia/?topo=13,1,1,,13>>.

<sup>10</sup> Tal questão, levantadas por algumas notícias, bem como tantas outras referentes ao livro didático e aos linguistas, é outro exemplo de como a mídia aborda questões de língua, reforçando o que se pretende estudar aqui, além de direcionar uma visão de língua aos telespectadores.

<sup>11</sup> Um exemplo de preconceito em redes sociais é a da estudante de direito Mayara Petruso, que, na rede *Twitter*, tece comentários preconceituosos sobre os nordestinos. Após a eleição de Dilma Rousseff, em 2010, a estudante postou a seguinte frase na rede social: “Nordestino [sic] não é gente. Faça um favor a SP: mate um nordestino afogado”. Uma reportagem a esse respeito pode ser vista em: <<http://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2012/05/16/justica-condena-universitaria-por-preconceito-contra-nordestinos-no-twitter.htm>>.

engessamento de noções da língua. Grande parte das telenovelas apresentam sempre sotaques específicos – uma padronização linguística, congelando a concepção de quais classes sociais falam “melhor” ou “pior”, principalmente por marcações linguísticas específicas e pelo modo como os personagens são representados na trama. Fato semelhante ocorre também em telejornais, com jornalistas que, por vezes, realizam acompanhamento fonoaudiológico em busca de um “sotaque neutro” (fato que muitos atores<sup>12</sup> do interior, por exemplo, também recorrem para conseguirem papéis).

Assim, entende-se que a mídia, televisiva em especial, reconhecendo a existência dessas variações e ciente de seu papel como formadora de opinião, busca estratégias para camuflá-las ou diminuí-las, em prol de um ideal de língua que só existe nos compêndios gramaticais normativos. Evidentemente, não defendemos, com isso, que a norma culta escrita ou falada não deva ser utilizada nesses meios de comunicação, afinal, trata-se de uma forma de dar unidade a tantas possibilidades de uso linguístico. Entretanto, acreditamos que a primazia por uma única variante linguística acaba por disseminar ideias e ideais de língua à população que não encontram respaldo nos estudos de Linguística.

## 1.2 Estudos sobre língua e mídia

Estudos que interrelacionem língua e mídia não são raros e nem inéditos. Nesta seção, oferecemos alguns exemplos de trabalhos desse tipo, especialmente com o intuito de observar que o tema da variação linguística, embora foco de inúmeros trabalhos, não tende a ser objeto de uma análise discursiva como a que se pretende realizar aqui. Isso, por si só, já justifica o empreendimento analítico deste estudo.

Grande parte dos estudos a respeito da língua e da mídia, se dão a respeito da relação entre programas de entretenimento (sejam eles os humorísticos ou as novelas, por exemplo) e a variação linguística. Um exemplo de estudo com enfoque sociolinguístico está em Junqueira et al. (2012). Nele, são apresentados exemplos de bordões<sup>13</sup> em programas de comédia, que acabam sendo repetidos cotidianamente. Para

---

<sup>12</sup> Podemos verificar isso, por exemplo, com a atriz Grazi Massafera, que fez acompanhamento para perder o sotaque: <<http://bbb.globo.com/BBB7/Internas/0,,AA1446794-7530,00.html>>.

<sup>13</sup> Neste trabalho, contudo, não serão aprofundadas questões a respeito de bordões, mesmo também havendo neles efeitos de sentido passíveis de estudo, bem como qualquer outro elemento que envolva o preconceito linguístico na mídia. Sabe-se ainda que muitas gírias acabam sendo apresentadas na televisão e podem ser estudadas especificamente, mas a proposta deste trabalho pretende contemplar questões mais gerais de língua nas retextualizações, não se atendo, portanto, somente a elas.

os autores, tais termos acabam sendo impregnados “no inconsciente das pessoas, passando a fazer parte de seus repertórios linguísticos. (...) Assim, o preconceito linguístico vai sendo inserido na sociedade de forma subentendida, acomodada e até deflagrada, e o indivíduo não faz uso de seu poder crítico” (p. 07) para refletir sobre tal influência e as consequências de tal atitude, o que corrobora a hipótese deste trabalho de que a mídia televisiva tem grande poder de formação de opinião, inclusive sobre a própria língua.

Os autores ainda comentam sobre a negação de nossa própria cultura, pois tais estereótipos e preconceitos negam “nossa característica de ser um país culturalmente diversificado”, haja vista toda a nossa história e a influência de nossos colonizadores e imigrantes, que resultaram em uma grande “miscigenação de raças, culturas e línguas” (p. 08), e que a televisão poderia romper com tais barreiras que se baseiam somente no prestígio social.

Arelada à Linguística Aplicada, o estudo realizado por Ferronato (2007) relaciona a educação com a prática de retextualização e levanta pontos como letramento, os processos de retextualização e a distinção de fala e escrita, por exemplo. Desse modo, a autora apresenta noções que devem ser abordadas na escola, como o fato de a língua não ser “homogênea e monolítica, trabalhando [já que mobiliza] os diferentes níveis (do mais coloquial ao mais formal) das duas modalidades – a falada e da escrita” (p. 02). Desse modo, Ferronato acredita que o conhecimento sobre tais noções permite que o aluno tenha senso crítico e discernimento sobre adequação em diferentes situações comunicativas, de acordo com suas intenções e seu interlocutor. Como base, Ferronato (2007) cita teóricos como Marcuschi (2001) e Fávero (2005), que apontam “que a escolha do léxico, tanto na fala como na escrita, varia do formal ao mais informal” (FERRONATO, 2007, p. 05), e Koch (2002, p. 06), que afirma que a fala não é uma estrutura caótica, desestruturada e rudimentar, mas que possui uma estruturação própria, que segue circunstâncias sociocognitivas de produção, e é com base nisso que o texto deve ser descrito e avaliado.

Outro estudo é o de Cavalcante e Melo (2006), que discorrem a respeito do ensino da oralidade em nível médio, propondo, como objetivo de seu trabalho,

*como ler os textos da televisão, não necessariamente como produzi-los, pois é mais importante para o aluno educar o olhar e identificar nos gêneros da mídia marcas de manipulação, de disseminação de ideologias, de discriminação e de preconceito, do que saber escrever uma notícia ou reportagem (CAVALCANTE; MELO, 2006, p. 186 – grifo das autoras).*

Assim, as autoras propõem que sejam identificados aspectos típicos da produção oral para que os alunos possam refletir sobre problemas sociolinguísticos e discursivos, levantando a questão do porquê, em novelas, personagens de níveis sociais e de escolarização diferentes expressam-se da mesma forma – a denominada padronização linguística já mencionada anteriormente –, bem como observar qual a finalidade de cada programa (entretenimento ou informação) e quando as variações se apresentam, observando se há indícios de preconceito (2006, p. 192). De acordo com as pesquisadoras, o falar regional acaba sendo caracterizado por poucas marcas lexicais e/ou prosódicas que acabam se mesclando com o falar carioca e paulista; e, citando Napolitano (1999, p. 58 apud CAVALCANTE; MELO, 2006, p. 193), complementam que

as variações regionais, sociais ou de situação de uso de língua são ignoradas, e são pasteurizadas, como se todos falassem da mesma maneira em todo o país, em todos os grupos culturais ou em todas as situações. Assim, as novelas passam a transmitir um preconceito, pois colocam uma única variação como sendo a de todo o país. Do mesmo modo que alguns creem que a forma de se falar português seja seguindo a norma padrão (independente[mente] do contexto de uso), outros vão acreditar no padrão mostrado pela televisão.

Para que tal trabalho seja realizado, as autoras sugerem um exercício que pode auxiliar os alunos a entender as diferenças entre a fala e a escrita: o de retextualização. Assim, também citando e aderindo os pressupostos de Marcuschi (2001), as autoras apontam que essa noção serve “para referenciar a passagem de uma modalidade da língua para outra e também para indicar os casos quando repassamos para um terceiro o que nos foi informado por alguém” (CAVALCANTE; MELO, 2006, p. 193), ato que realizamos a todo o momento em forma de “sucessivas reformulações”, pois, ao repetirmos ou relatarmos algo, acabamos transformando, reformulando, recriando e modificando um discurso (MARCUSCHI, 2010, p. 48), sendo ainda necessária a compreensão para que, ao longo do processo, não haja problemas de coerência (p. 47). Cavalcante e Melo (2006) finalizam apontando que tal trabalho não objetiva formar linguistas, gramáticos ou analistas na escola, mas permitir o contato e “instrumentalizar os alunos para transitarem nos textos não-escolares e escolares” (p. 198).

Ao se refletir sobre isso, é possível inferir que, caso tais pontos sejam mais bem trabalhados em sala de aula, possivelmente o telespectador pode ter o letramento necessário para identificar diferentes efeitos de sentido apresentados pela mídia, e,

consequentemente, respeitar e compreender melhor outras variantes linguísticas, desenvolvendo maior senso crítico a respeito do que é veiculado.

É importante ressaltar que o autor pioneiro no desenvolvimento de trabalhos a respeito da retextualização é o já citado Marcuschi<sup>14</sup>, mas seus estudos não articulam os efeitos de sentido produzidos por esse processo, o que se pretende analisar aqui. Além disso, os estudos até aqui encontrados não abordam a retextualização telejornalística do ponto de vista da Análise do Discurso e os efeitos de sentido – inclusive o de preconceito linguístico –, motivo pelo qual se torna importante fazê-lo.

De todo o exposto, portanto, pretende-se observar exemplos de como a mídia televisiva encara variação linguística por meio de recortes e retextualizações feitos em escutas telefônicas. Nesse sentido, é importante refletir como se dá a seleção da própria mídia a respeito do que é apresentado, inclusive sobre a língua, ou seja, qual noção de língua é levada em consideração para apresentar ao público suas notícias, especialmente nos casos de escutas. Como já exposto, alguns programas televisivos nos dão indícios de como a mídia costuma tratar a questão da variação. O que se pretende aqui, entretanto, é observar se tal posicionamento também se verifica quando o que está em jogo é o *uso* que a mídia faz da língua. Em outras palavras: se a mídia televisiva parece dar tanto valor às variantes cultas (escritas ou faladas), isso também se verifica na forma como reproduzem textos realizados em variantes de menor prestígio, como as que frequentemente encontramos em escutas telefônicas? Como tais variantes desprestigiadas são tratadas nesse contexto?

---

<sup>14</sup> O pesquisador e professor Luiz Antônio Marcuschi apresenta outros textos e livros a respeito da fala, como *Análise da Conversação* (1999), mas aprofunda a temática de retextualização em *Da Fala para a Escrita: Atividades de Retextualização* (2010).

## 2 NOÇÕES FUNDAMENTAIS PARA UMA ANÁLISE DISCURSIVA

Buscando compreender melhor as concepções de *ideologia* e *efeitos de sentido*, necessárias para a análise realizada neste trabalho, foi realizada a leitura de alguns estudiosos da Análise do Discurso de linha francesa – mais especificamente Pêcheux, Foucault e Bakhtin – os quais poderiam proporcionar uma melhor base que conduzisse essa análise.

Orlandi (2007), responsável pela introdução dos estudos discursivos no Brasil e profunda conhecedora dos autores supracitados, propõe que ideologia “é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer” (p. 46). Nesse sentido, não há um ser que não seja interpelado ideologicamente e, assim, conseqüentemente, seu discurso conterà rastros dessa interpelação.

Os sentidos construídos por meio do discurso, portanto, se dão pela relação do sujeito com a língua e a história. Como bem coloca Orlandi (2007), “não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados” (p. 47). Essa noção é essencial para a reflexão deste trabalho quanto à posição do transcritor, aquele que transcreve/retextualiza as escutas telefônicas analisadas: ela nunca é neutra, e os sentidos produzidos por seu discurso são impregnados pela ideologia que o interpela. “Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua” (ORLANDI, 2007, p. 48).

A ideologia, assim, é de grande importância para a Análise do Discurso, que é tida por muitos estudiosos como uma “disciplina interpretativa”. Além disso, acaba não sendo “nem programa nem método, ela permanece como uma problemática. Por um processo que é no limite infinito, ela convida à construção de objetos discursivos numa tríplice tensão entre a sistematicidade da língua, da historicidade e da interdiscursividade” (MALDIDIER, 2011, p. 61).

Assim, como se verifica em *Legados de Michel Pêcheux* (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2011), há importância da história para compreender a esfera em que a ideologia está inserida, pois “o discurso se constitui a partir de dados discursivos já ditos, (...) trabalha o espaço ideológico-discursivo no qual se desenvolvem as formações discursivas, em função das relações de dominação, subordinação e contradição” (MALDIDIER, 2011, p. 51).

Permeando os discursos, portanto, estão proposições e sentidos já-ditos que, pela instauração de novos discursos, se mantêm ou irrompem em novos sentidos. Desse modo, percebe-se que “o discurso é um *objeto construído*” (MALDIDIÉ, 2011, p. 45), pautado por *formações discursivas*, ou seja, aquilo que “pode e deve ser dito a partir de uma dada posição numa dada conjuntura” (MALDIDIÉ, 2011, p. 46). Disso, surgem pressuposições de sentido, pois esses discursos, ditos de certas formas, em certas condições e apresentadas de maneiras específicas, direcionam interpretações de sentido e revelam as posições discursivas em que os sujeitos que os produzem se enquadram. Dessa forma, “as palavras mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2011, p. 29) e, igualmente, por aqueles que as interpretam, sendo este um dos postulados centrais da Análise do Discurso e que nos orienta a refletir sobre os discursos veiculados, inclusive, pela mídia.

Reforçando a ideia de que as instituições têm para si concepções que regem e orientam seu posicionamento e seu discurso, Pêcheux e seu grupo afirmam que “não há alma das ideias sem o corpo das instituições” (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2011, p. 19) que as veicule. Assim, existem certas formações ideológicas que comportam,

necessariamente, uma ou várias formações discursivas interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito (...), a partir de uma dada posição numa dada conjuntura. (...) Essas construções determinam a significação que as palavras terão. (...) As palavras “mudam de sentido” ao passar de uma formação discursiva para outra (PÊCHEUX, 2011, p. 73).

No caso do trabalho aqui em pauta, a instituição sob escrutínio é a mídia. Objetivamos analisar como os sentidos tomam corpo e que efeitos geram ao serem mobilizados por sujeitos (os transcritores) de uma formação discursiva dada.

Contudo, diferentemente de outros aportes teóricos que consideram o sujeito de forma idealizada, o que Bakhtin critica sob o rótulo de “subjetivismo idealista”, a AD não desvincula o uso linguístico que o sujeito faz nem da história, nem das condições de produção em que os discursos são produzidos. Por isso, um estudo discursivo

consiste em desembaraçar a problemática subjetivista centrada no indivíduo, fonte dos gestos e das falas, ponto de vista sobre objetos e sobre o mundo, e em compreender que o tipo de concreto com o qual lidamos e sobre o qual pensamos é precisamente o que o materialismo histórico designa pelo termo de relações sociais, que resultam de relações de classe características de uma dada formação social (por meio do modo de produção que a domina, da hierarquia das práticas das quais necessita esse modo de produção, dos aparelhos mediante os quais se realizam essas práticas, as posições que lhes correspondem, e as representações ideológico-teóricas e ideológico-políticas que dependem dessa formação social) (PÊCHEUX, 2011, p. 72).

Assim, a teoria fundada por Pêcheux busca os desdobramentos da discursividade – sua heterogeneidade (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2011, p. 32), as diversas possibilidades de sentido. Ou ainda, como bem pontua Orlandi (2007, p. 09), “problematizar as maneiras de ler, levar o sujeito falante ou o leitor a se colocarem questões sobre o que produzem e o que ouvem nas diferentes manifestações da linguagem”, enfim, estabelecer “uma relação menos ingênua com a linguagem”. Do ponto de vista do objeto deste trabalho, o que se pretende é verificar em que medida a apropriação, por parte do transcritor, do discurso de outro (dos participantes das conversas telefônicas grampeadas) deixa rastros da história e da interpelação ideológica a que se sujeita o transcritor. Atentar-se-á, para tanto, justamente às variações linguísticas, pois, como os próprios seguidores de Pêcheux já tinham consciência, “os ‘desvios’ [gramaticais] podem ser concebidos como próprios do funcionamento da língua e como produtores de efeitos de sentido” (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2011, p. 33).

Para Foucault, bem como para Pêcheux, somos permeados por discursos antes ditos: “no momento de falar, uma voz sem nome me precedia desde há muito” (1999, p. 01), e a Análise do Discurso nos permite amparar a “inquietação face àquilo que o discurso é na sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita” (1999, p. 02).

O teórico propõe que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos” (1999, p. 03), pois “a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos” (1999, p. 02). Assim, nossa atenção se volta para como a mídia, no caso específico em análise, controla, seleciona e redistribui outros discursos por meio da produção de seu próprio discurso.

Vê-se, assim, que a própria seleção do que será ou não veiculado na mídia já é, por si só, um movimento pautado ideologicamente, e que corresponde a interesses diversos, podendo também ser apreciado do ponto de vista discursivo. Como Charaudeau (2012) aponta, “(...) as mídias, ao selecionar[em] as informações e apresentá-las como o que realmente aconteceu, impedem que outros acontecimentos cheguem ao conhecimento do cidadão” (2012, p. 139). Assim, deve haver um critério de seleção que permita esse trabalho. De acordo com o autor, as notícias que vão ao ar são veiculadas de acordo com o viés da atualidade. É por meio dela que se responde à



indagação do que está acontecendo no momento – ou seja, as notícias devem possuir um caráter factual, apresentando ao menos um novo elemento, algo inesperado, que evite a saturação. Normalmente, as notícias não novas são aquelas que remetem a alguma comemoração ou um ato a ser lembrado.

O autor ainda comenta que a escolha temática e sua efemeridade são outros pontos fundamentais nesse processo, que, por meio de critérios internos e externos de importância de acontecimentos (seja um acontecimento suscitado, programado ou que tenha surgido), acabam sendo selecionados (CHARAUDEAU, 2012, p. 134). Para Charaudeau (2012), ocorre ainda uma amálgama no processo de “seleção-construção-tratamento do fato, pois, em nome da inteligibilidade (mas também da captação), as mídias apresentam os fatos estabelecendo, custe o que custar, relações de analogia ou de causalidade entre eles” (p. 140).

Assim, há a interação entre acontecimentos e interesses, que acabam resultando em efeitos de sentido para os telespectadores de acordo com as intenções da emissora e convergindo com sua ideologia. De acordo com os recortes realizados, é possível perceber a reunião de certos conhecimentos e até crenças sobre o mundo (CHARAUDEAU, 2012, p. 143).

Além disso, nesses veículos,

as operações de distribuição em rubricas e de repartição temática são importantes, pois constituem a configuração temática do espaço público construído pelas mídias. Revelam como cada organismo de informação trata os temas, os subtemas e os atores que integram uma mesma notícia, logo, a maneira pela qual cada um desses organismos constrói a “cobertura temática” do acontecimento. Isso permite, ao descrever tal “cobertura”, que se tenha uma visão do conjunto, raramente percebido pelo leitor ou telespectador médio (CHARAUDEAU, 2012, p. 147).

Destarte, algumas marcações e detalhes de notícias acabam passando despercebidas pelo telespectador, mas significam algo na construção/seleção do material jornalístico e que acabam por sugerir efeitos de sentido – como proposto e objeto de estudo deste trabalho.

O universo da informação midiática é efetivamente um universo construído. Não é, como se diz às vezes, o reflexo do que acontece no espaço público, mas sim o resultado de uma construção. O acontecimento não é jamais transmitido em seu estado bruto, pois antes de ser transmitido, ele se torna objeto de racionalizações: pelos critérios de seleção de fatos e dos atores, pela maneira de encerrá-los em categorias de entendimento, pelos modos de visibilidade escolhidos. Assim, a instância midiática impõe ao cidadão uma visão de mundo previamente articulada, sendo que tal visão é apresentada como se fosse a visão natural do mundo (CHARAUDEAU, 2012, p. 151).

Nesse sentido, percebe-se que há sempre alguma intenção por trás da construção de uma notícia. Cada ponto apresentado, imagem ou recorte, tem um significado e pode se atrelar com as demais notícias do telejornal – seja aquilo que já foi apresentado ou irá ao ar.

Toda essa problemática se aplica ao objeto de nosso estudo aqui de duas formas: primeiramente, há seleção, por parte do jornalista, dos trechos de escutas telefônicas que serão transcritas e irão ao ar para que o telespectador tome conhecimento. Trata-se, portanto, de um recorte do discurso de outro, uma *edição*. Em segundo lugar, a própria transcrição é uma enunciação (escrita) sobre uma outra enunciação (falada). O transcritor se apropria do discurso proferido oralmente, tornando-o seu. Trata-se da apreensão do discurso de outrem. Cada um desses casos – de edição e de apropriação – será abordado nas seções que seguem.

## 2.1 Edição

As noções de seleção e organização de materiais recaem no que é denominado *edição*. De acordo com Kunsch (2006), o editor é o “indivíduo responsável pela preparação, organização e revisão de uma obra para publicação” (p. 04). Em outras palavras, há uma pessoa responsável pelo que será veiculado e por todo o processo já citado anteriormente, seja em um jornal escrito, seja em um telejornal, ou até mesmo um noticiário no rádio.

A necessidade desse profissional se deu, principalmente, pelo aumento da produção, que exigiu dos “transmissores” obedecer alguns procedimentos de organização e normalização (KUNSCH, 2006, p. 07). A editoração científica, em especial, permite que pesquisadores apresentem seus trabalhos escritos em normas; contudo, e mesmo havendo técnicas de redação e metodologia científica, tal processo, como foi possível verificar em pesquisas e depoimentos aqui já mencionados, parece não ser visto em boa parte dos cursos de Jornalismo, nem há uma norma nacional para a retextualização/transcrição.

A noção mais próxima disso foi encontrada na Universidade Metodista de São Paulo, que apresenta um Manual de Telejornalismo<sup>15</sup> para ser utilizado ao longo de suas

---

<sup>15</sup> Esse manual está disponível no *site* da Universidade Metodista, no *link* <<http://jornal.metodista.br/tele/manual/manual.htm>>.

aulas. São propostos princípios, normas técnicas e de estilo e orientações para esse tipo de trabalho para que haja um padrão de qualidade.

O único direcionamento dado ao editor, profissional apresentado como de grande responsabilidade nesse manual, é para que faça a última avaliação da matéria e as revisões – tanto ortográfica do texto, quanto sonoras – corrigindo erros e melhorando a matéria.

Assim, é possível verificar pouca atenção dispensada na formação dos jornalistas para a reflexão sobre como a seleção da pauta já se configura como um ato discursivo, preñado de sentidos e orientado historicamente e ideologicamente.

## 2.2 O discurso de outrem: mudanças no discurso

O discurso citado é o *discurso no discurso*, a *enunciação na enunciação*, mas é, ao mesmo tempo, um *discurso sobre o discurso*, uma *enunciação sobre a enunciação*. (BAKHTIN, 2006, p. 139 – grifos no original)

O processo de transposição de gêneros<sup>16</sup> pode contar ainda com modificações significativas no discurso, inclusive por meio da passagem do discurso direto para o indireto, por exemplo. Isto é, apropria-se do discurso de um para dizê-lo com suas palavras, havendo a ilusão, como no caso da transcrição/retextualização, que estamos usando exatamente as mesmas palavras do discurso primeiro. Assim, vale apresentar algumas considerações a respeito do *discurso de outrem*<sup>17</sup>.

Bakhtin (2006) afirma que todo texto tem um propósito que leva em consideração uma “terceira pessoa, a quem estão sendo transmitidas enunciações” (p. 141). Esse sujeito, de acordo com o autor, é importante, pois “reforça a influência das forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso” (p. 141). Desse modo, leva-se em consideração o sujeito que receberá a palavra do outro e o objetivo dessa apreensão da enunciação alheia, que resultará na propagação de algum aspecto ideológico:

Conforme a língua, conforme a época ou os grupos sociais, conforme o contexto presente tal ou qual objetivo específico, vê-se dominar ora uma forma ora outra, ora uma variante ora outra. O que isso atesta é a relativa força ou fraqueza daquelas tendências na interorientação social de uma comunidade de falantes, das quais as próprias formas linguísticas são cristalizações estabilizadas e antigas (BAKHTIN, 2006, p. 142).

<sup>16</sup> No caso específico deste trabalho, está em jogo a transposição do gênero conversa telefônica para o gênero transcrição por meio de retextualização.

<sup>17</sup> O *discurso de outrem* é o 9º capítulo do livro *Marxismo e filosofia da linguagem*, de Bakhtin.

Contudo, tais discursos ainda entram em contato com um sujeito que também é interpelado ideologicamente, o que sempre resultará em divergência ou convergência, agregação ou modificação das palavras alheias:

Aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado da palavra, mas ao contrário um ser cheio de palavras interiores. Toda a sua atividade mental, o que se pode chamar o “fundo perceptivo”, é mediatizado para ele pelo discurso interior e é por aí que se opera a junção com o discurso apreendido do exterior (BAKHTIN, 2006, p. 143).

Além disso, o autor propõe que o que ocorre, por vezes, é a desconsideração do contexto da enunciação. Entretanto, “é importante levar sempre em conta a posição que um discurso a ser citado ocupa na hierarquia social de valores” (BAKHTIN, 2006, p. 148).

No que diz respeito especificamente ao discurso direto e indireto, Bakhtin propõe que “cada esquema recria à sua maneira a enunciação, dando-lhe assim uma orientação particular, específica” (2006, p. 153). Em outras palavras, cada mudança e cada texto terá um objetivo específico, podendo mudar também os efeitos de sentido atrelados a eles.

Em uma narrativa, por exemplo, todos os detalhes possíveis em um discurso direto são estranhados em um discurso indireto, sendo este mais analítico:

As abreviações, elipses, etc., possíveis no discurso direto por motivos emocionais e afetivos, não são admissíveis no discurso indireto por causa da sua tendência analítica. Esses elementos só entram na sua construção sob uma forma completa e elaborada (BAKHTIN, 2006, p. 154).

O mesmo ocorre em algumas retextualizações apresentadas pelos veículos jornalísticos, as quais desconsideram o contexto e também a situação da fala e objetivam somente o aspecto analítico. As marcações por eles realizadas acabam nos alertando para algo “diferente do comum” ou para garantir distanciamento do falante que produziu aquele discurso. “Se fôssemos ler o resultado em voz alta, leríamos as expressões entre aspas de maneira diferente, para dar a entender através da nossa entoação que elas são tomadas diretamente do discurso de outra pessoa e que nós queremos manter distância” (BAKHTIN, 2006, p. 155).

Além disso, Bakhtin (2006) aponta que

pode-se também apreender e transmitir de forma analítica a enunciação de outrem enquanto *expressão* que caracteriza não só o objeto do discurso (que é, de fato, menor) mas ainda *o próprio falante*: sua maneira de falar (individual, ou tipológica, ou ambas); seu estado de espírito, expresso não no conteúdo mas nas formas do discurso (por exemplo, a fala entrecortada, a

escolha da ordem das palavras, a entoação expressiva, etc.); sua capacidade ou incapacidade de exprimir-se bem, etc. (BAKHTIN, 2006, p. 156 – grifo do autor).

Esse ponto vai ao encontro dos efeitos de sentido que aqui serão observados. Ao apresentar o discurso do falante de determinadas maneiras, entrecortadas, e dando ênfase para alguns desvios de norma, acaba-se oferecendo certo julgamento acerca do falante e do que ele diz. Por exemplo: quando o transcritor de uma conversa telefônica nomeia os participantes como “bandido” e “vítima”, por exemplo, já é possível perceber que o próprio falante está sob análise, o que, em termos discursivos, é chamado de *formações imaginárias*, isto é, a imagem que fazemos de nosso interlocutor e de nós mesmos. Da mesma forma, determinadas marcações, como aspas, por exemplo, deixam clara a inconformidade de quem transcreve com o que está sendo reproduzido, resultado também da imagem que se fez do falante:

A individualidade do falante é apresentada como maneira subjetiva (individual ou tipológica), como modo de pensar e falar, o que implica ao mesmo tempo um julgamento de valor do autor sobre esse modo. Aqui a individualidade do falante se cristaliza ao ponto de formar uma imagem (BAKHTIN, 2006, p. 160).

Desse modo, essas imagens cristalizadas e as marcações em suas falas convergem para o sentido que o autor da transposição anseia. Essa complementariedade está fortemente atrelada à ideologia e posição do transcritor, que, portanto, não será neutra, visto que se produz no discurso:

As palavras e expressões de outrem integrados no discurso indireto e percebidos na sua especificidade (particularmente quando são postos entre aspas), sofrem um “estranhamento”, para usar a linguagem dos formalistas, um estranhamento que se dá justamente na direção que convém às necessidades do autor (BAKHTIN, 2006, p. 158).

Uma das formas de apropriação do discurso de outrem se dá pelas chamadas transcrições. De acordo com Flores<sup>18</sup> (2006), cujo pensamento está afinado à proposta bakhtiniana, “a transcrição é um ato de enunciação” (p. 62) e, nesse escopo, “deve-se tomar uma posição a respeito do sujeito que enuncia” (p. 62), não podendo, portanto, ser neutra:

A enunciação é um ato que não pode ser visto desvinculadamente do sujeito que a produz. (...) A transcrição é, nesse caso, um ato de enunciação em que o “dado” a ser transmitido tem seu estatuto enunciativo alterado. A

---

<sup>18</sup> Sabemos que o trabalho de Flores é pautado por uma teoria Enunciativa da linguagem. Contudo, podemos considerar suas reflexões sobre transcrição para este estudo, pois, apesar de não se enquadrarem diretamente no campo de AD, também não estão em desacordo com esse viés teórico.

transcrição é, por esse viés, uma enunciação sobre outra enunciação (FLORES, 2006, p. 62).

O principal recurso para essa ação é, de acordo com o autor, a “representação gráfica, mesmo que parcial, dos sons da língua”, que podem contar com “símbolos especiais que, em tese, representam o quadro teórico no qual a pesquisa está inserida. Assim é que há diferentes sistemas de transcrição que atendem a necessidades específicas (...) e diferentes expectativas” (p. 61). Nesse sentido, quando há um objetivo específico, principalmente no que concerne às pesquisas científicas, há a necessidade de existirem procedimentos que orientem esse processo – diferentemente do que foi possível constatar que seja realizado pelos profissionais de comunicação, como será abordado no capítulo de análise.

Se cada transcrição reflete, então, o quadro teórico em que está inserida, é possível postular que a forma de transcrever revela, portanto, traços da subjetividade de quem transcreve e, do ponto de vista discursivo, essa subjetividade é pautada pela história, ideologia e condições de produção e geram efeitos de sentido que podem ser analisados. É a hipótese que conduz este estudo.

### 3 DO ORAL PARA A ESCRITA - TRANSCREVER OU RETEXTUALIZAR?

Dado que este trabalho tem por objeto de análise transcrições de escutas telefônicas exibidas em programas jornalísticos televisivos, é necessário estabelecer e definir alguns conceitos e contribuições teóricas no que tange a esse tipo de transição/retextualização de gêneros. Assim, esta seção discute, primeiramente, algumas particularidades dos modos falado e escrito que têm relevância para este estudo para, posteriormente, discutir as noções de *transcrição* e *retextualização*, igualmente importantes para a análise a ser desenvolvida no capítulo seguinte.

#### 3.1 A fala *versus* a escrita

Houve, por muito tempo, a propagação errônea de que a escrita poderia ser a representação da fala ou, ainda, o oposto, isto é, que a fala deveria seguir os padrões<sup>19</sup> da escrita. Entretanto, trata-se de atualizações do sistema linguístico com fins bem diferentes, surgidas, inclusive, em épocas bem distintas. A escrita surgiu muito tempo depois da oralidade, e, ainda assim, a importância da oralidade nunca diminuiu e nunca desaparecerá. Ambas são meios de expressão que possuem grande importância comunicativa, cada qual de um modo e com objetivos diferentes. Portanto, não há como estabelecer maior importância ou superioridade de uma em relação a outra. E, como a Linguística postula, caso fosse possível, ao menos no plano teórico, hierarquizá--las, diríamos que a fala é mais importante, pois, se há sociedades ágrafas, não há sociedades sem fala<sup>20</sup>.

Contudo, o que ocorre, por vezes, é certa “exaltação da escrita” e uma “estigmatização do indivíduo” devido à fala (MARCUSCHI, 2010, p. 36), pois, por apresentar variação, acaba servindo como identificador de desvio da norma culta<sup>21</sup> e, por consequência, distingue os falantes. Essa distinção resulta na falsa concepção de que

---

<sup>19</sup> É importante ressaltar que esses padrões recaem no denominado por *norma*. Contudo, a expressão *norma culta*, por vezes, acaba sendo utilizada como sinônimo de *norma padrão*. Como aponta Bagno (2007), a norma culta é a língua usada pelos falantes privilegiados da sociedade urbana, com mais estudo, enquanto a segunda é o modelo idealizado de língua, ou seja, moldes propostos principalmente pela gramática, que ninguém produz efetivamente de modo fiel na língua falada. Assim, podemos colocar que a norma-padrão não é um modo de falar autêntico, “não faz parte da língua, se por língua entendermos a atividade linguística real dos falantes em suas interações sociais” (BAGNO, 2009, p. 13).

<sup>20</sup> Sobre isso ver, entre outros, o livro de John Lyons, intitulado *Lingua(gem) e Linguística* (1987).

<sup>21</sup> Há de se salientar, também, que, no senso comum, há aqueles que acreditam que a adequação não deve ser à norma culta, mas à norma padrão, idealização ainda mais distante da realidade linguística. A distinção entre os dois tipos de norma pode ser encontrada em Bagno (2007).

existem falantes melhores do que outros, mas desconsidera as particularidades dos modos falado e escrito.

De acordo com alguns autores (ORLANDI, 2007; BARROS in PRETI, 2000, por exemplo), uma das diferenças marcantes entre essas duas modalidades é o fato de que a fala acaba sendo elaborada e produzida no mesmo “eixo temporal”, enquanto que a escrita acaba sendo primeiramente elaborada, para depois ser produzida. Nesse sentido, há a relação do planejamento, a continuidade e a ausência ou presença de marcas de reformulação dessas produções:

O texto escrito é planejado tanto do ponto de vista temático (escolha dos assuntos a serem tratados) quanto linguístico-discursivo. A fala tem certo planejamento temático, isto é, de escolha de tópico para que a conversação se desenvolva, mas a maior parte das escolhas temáticas e linguísticas se faz durante a conversa. É a questão do tempo também que dá à escrita a possibilidade de reelaborar seu texto sem deixar marcas – revê-se o que se escreveu, volta-se atrás, apagam-se os erros e hesitações, evitam-se as repetições –, e de apresentá-lo como algo acabado. A fala, ao contrário, expõe as marcas deixadas pela formulação e pelas reelaborações, oferecendo sempre pistas e traços das revisões, das mudanças de encaminhamento, das reformulações, sob a forma de procedimentos de correção, paráfrase, hesitação, repetição, interrupção, etc. (BARROS in PRETI, 2000, p. 60).

Nesse sentido, ao realizar uma passagem de um texto oral para o escrito, não ocorre a transformação de um texto “‘descontrolado e caótico’ (o texto falado) para outro ‘controlado e bem-formado’ (o texto escrito)” (MARCUSCHI, 2010, p. 47), pois o texto oral tem uma ordem, e essa ordem permite, sim, que o texto seja compreendido. Essa passagem somente vai receber interferências, passando “de uma ordem para outra ordem” (2010).

Rey-Debove<sup>22</sup> (1996, p. 78 apud MARCUSCHI, 2010, p. 51) comenta ainda que a fala possui “características extralinguísticas ligadas a uma produção personalizada”, enquanto a escrita, em grande parte, é “neutralizada e perde os caracteres extralinguísticos de sua produção”.

Contudo, mesmo com algumas neutralizações desses aspectos, todo “os discursos falados e escritos empregam procedimentos e recursos diversos e constroem sentidos e relações intersubjetivas também diferentes” (BARROS, p. 60 in PRETI, 2000). É com base nessa concepção que se dá esse trabalho, inserido em estudos da Análise do Discurso, que “busca descrever e interpretar a constituição, a formulação e a

---

<sup>22</sup> É possível aprofundar tais noções em *À procura da distinção oral/escrito* (1996), de Josette Rey-Debove.



circulação dos sentidos na sociedade, mediante a articulação necessária e indissociável da língua com a história” (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2011, p. 15).

Se é verdade, por um lado, que a escrita “neutraliza” certas características inerentes ao modo falado, também não deixa de ser verdade que a transposição de um gênero falado para um escrito carrega marcas de quem o transcreveu, marcas essas que geram efeitos de sentido, como veremos no capítulo de análise. Assim, ao mesmo tempo em que reconhecemos que a “passagem” de um gênero falado para um escrito gera, invariavelmente, perdas - uma vez que o texto escrito, mesmo a transcrição, não consegue reproduzir a riqueza prosódica da fala e suas implicações para o sentido -, reconhecemos também que o próprio processo também gera acréscimos, sendo que ambos deixam marcas analisáveis do ponto de vista discursivo. Não se trata, portanto, de mera transcrição, como se fosse possível a passagem de um modo falado para o escrito sem consequências. Por essa razão, torna-se fundamental, neste momento, refletir sobre a noção de *transcrição* ou, como preferimos utilizar neste estudo, *retextualização*.

### 3.2 Transcrição e retextualização

Nessa relação da transformação de um texto oral para o escrito, é importante considerar uma diferença operativa e terminológica para este estudo. Marcuschi (2010) diferencia um processo de *transcrição* de um trabalho de *retextualização* devido às adaptações sofridas nos textos. O autor considera que *qualquer trabalho de passagem de um texto oral para um escrito vá sofrer interferências*, contudo, aponta que, em um trabalho de retextualização, “a interferência é maior e há mudanças mais sensíveis” (p. 49), enquanto que, em um trabalho de transcrição, espera-se que, por meio de procedimentos convencionalizados, as mudanças não sejam abrangentes de forma a interferir na natureza do discurso.

Apesar dessas considerações, o autor propõe ainda que mesmo as transcrições são um primeiro formato de retextualização, pois há edições no texto, como a eliminação da hesitação ou a inserção de pontuação, por exemplo. Assim, mesmo as transcrições não são somente a passagem do oral para o escrito, afinal, também sofrem “interferências no sentido de idealização da língua pelo molde da escrita” (p. 52), incluindo o fato de que não escrevemos como pronunciamos as palavras (pois há uma grande variedade de sotaque em nosso país, por exemplo).

O autor também deixa claro que não há uma fórmula ideal para que haja uma retextualização “neutra”, além de sempre haver “questões éticas envolvidas, já que a transcrição pode reproduzir preconceitos na medida em que discrimina os falantes, deixando, para uns, evidências socioletais em marcas gráficas, anulando essas evidências, para outros” (2010, p. 53).

Desse modo, Marcuschi nos apresenta e sugere o termo *retextualização*, pois se sabe que *toda passagem sofrerá adaptação*. Devido a isso, esse é o termo utilizado neste estudo e será por meio dessas adaptações e marcações que se poderá inferir efeitos de sentidos imbricados no discurso jornalístico.

### 3.3 Modelo operacional para retextualização

A retextualização, portanto, “não é um ato mecânico, pois exige operações complexas e in[ter]ferem no código e no sentido do texto – na forma e substância da expressão e do conteúdo” (CABRERA; GÓES; SANTOS, 2008, p. 02). Além de sugerir essa nova terminologia, Marcuschi (2010) apresenta também um modelo com uma série de operações para a passagem do texto falado para o escrito durante esse processo, operações essas que, se não garantem a neutralidade da retextualização, dada sua impossibilidade, ao menos criam um padrão para o processo.

O modelo conta com nove operações e é formulado por regras de regularização e idealização, baseadas em algumas regras de editoração, e também por regras de transformação, que são as que caracterizam propriamente a retextualização, pois são nelas que acontecem as mudanças mais acentuadas. O autor afirma que o modelo merece reparos para sua operacionalidade – bem como a falta de fenômenos importantes, como a compreensão –, e que não há, necessariamente, uma ordem hierárquica e sequenciada para sua realização (p. 74). Embora haja nove passos sugeridos pelo autor, “há textos que dispensam a execução de todas essas, nos quais a retextualização já se completa após os primeiros procedimentos como a eliminação de marcas interacionais e a introdução de pontuação no texto-base” (CABRERA; GÓES; SANTOS, 2008, p. 02).

Marcuschi aponta que tal processo se dá não somente com um texto oral dialogado (“☺ ↔ ☺”), mas também em monólogos (“☺”). Os passos sugerem atenção às hesitações e pausas e reformulações, comuns na fala, bem como diversas eliminações, como de fragmentos duvidosos, mas que podem também ser deduzidos,

mantendo a coerência com que estava sendo dito. Assim, as adaptações devem estar de acordo com o contexto conversacional e as operações textuais-discursivas de pontuação, por exemplo, devem ter como base a entoação dada pelo falante.

“☺” ou “☺ ↔ ☺”	Texto falado base
1ª operação	Eliminação de marcas estritamente interacionais, hesitações e partes de palavras ( <i>estratégias de eliminação</i> baseada na idealização linguística)
2ª operação	Introdução da pontuação com base na intuição fornecida pela entoação das falas ( <i>estratégias de inserção</i> em que a primeira tentativa segue a sugestão da prosódia)
3ª operação	Retirada de repetições, reduplicações, redundâncias, paráfrases e pronomes egóticos ( <i>estratégia de eliminação</i> para uma condensação linguística)
4ª operação	Introdução da paragrafação e pontuação detalhada sem modificação da ordem dos tópicos discursivos ( <i>estratégia de inserção</i> )
5ª operação	Introdução de marcas metalinguísticas para referência de ações e verbalização de contextos expressos por dêiticos ( <i>estratégia de reformulação</i> objetivando explicitude)
6ª operação	Reconstrução de estruturas truncadas, concordâncias, reordenação sintática, encadeamentos ( <i>estratégia de reconstrução</i> em função da norma escrita)
7ª operação	Tratamento estilístico com seleção de novas estruturas sintáticas e novas opções léxicas ( <i>estratégia de substituição</i> visando a uma maior formalidade)
8ª operação	Reordenação tópica do texto e reorganização da sequência argumentativa ( <i>estratégia de estruturação argumentativa</i> )
9ª operação	Agrupamento de argumentos condensando ideias ( <i>estratégia de condensação</i> )

**Quadro 1** – Modelo de operações textuais-discursivas na passagem do texto oral para o escrito, de acordo com Marcuschi (2010).

**Fonte:** Adaptado de Marcuschi (2010, p. 75).

Desmitificados os termos *transcrição* e *retextualização*, é importante ressaltar aqui que a análise realizada no próximo capítulo não pretende realizar e apresentar retextualizações do *corpus*, nem sugerir uma maneira ou uma norma para o trabalho dos jornalistas. A proposta aqui é verificar em que medida tais procedimentos de

retextualização são ou não adotados pelos transcritores de escutas telefônicas e analisar os efeitos de sentido provenientes dessas operações. Para tanto, partimos agora para a descrição da metodologia empregada neste trabalho, bem como descrição da constituição do *corpus* de análise.

### 3.4 Metodologia e constituição do *corpus*

Esta pesquisa tem como base o cunho exploratório, tendo como objetivo ampliar os conhecimentos sobre as concepções de língua da mídia e como isso interfere nas retextualizações propostas em seus telejornais.

Houve ainda a necessidade de uma pesquisa bibliográfica para embasar a análise e permitir melhor entendimento sobre os conceitos que norteiam esta pesquisa. Tais procedimentos teóricos foram e são fundamentais para compreender melhor as noções que auxiliam este estudo e a análise a ser empreendida.

Desse modo, esta pesquisa foi norteada por uma abordagem qualitativa, com o levantamento de dados. Assim, formou-se um *corpus* composto por escutas telefônicas e suas respectivas retextualizações, ambas exibidas para o público geral, provenientes dos seguintes telejornais: *Jornal Nacional*, da Rede Globo, e *Domingo Espetacular e São Paulo no Ar*, da Rede Record.

As retextualizações de diferentes emissoras também possibilitarão observar diferentes visões e possibilidades de edição. É interessante notar que três das quatro gravações são de uma mesma região (São Paulo), e, portanto, possuem uma proximidade dialetal.

A metodologia, assim, consiste em analisar as marcações, com especial atenção a que tipos de elementos estão sendo destacados, suprimidos ou inseridos, e quais efeitos de sentido esses destaques, supressões ou inserções podem gerar para o telespectador. Uma vez que a gravação telefônica nunca é apresentada em sua íntegra pela mídia, a seleção dos trechos exibidos nos telejornais, bem como a contextualização dada previamente à sua exibição também são objetos de análise.

Por fim, é importante salientar que o objetivo dessa análise não é sentenciar qual emissora realiza tais atividades de retextualização de modo mais neutro – até pela impossibilidade de neutralidade dessa prática –, mas dar a ver que tais recursos carregam consigo sentidos muitas vezes pouco percebidos, mas que precisam ser desvelados.

As retextualizações, bem como outros textos veiculados pelas emissoras, foram reproduzidas de maneira fiel; ou seja, não houve mudanças no modo de exibição original, buscando analisar o todo apresentado. Os quadros com as retextualizações foram divididos de acordo com o modo de exibição – por turnos apresentados nas gravações, sendo apontado também o tempo em que aparecem nos vídeos.

## 4 ANÁLISES

Tecidas as considerações até aqui, esta seção aborda a apresentação do *corpus* e a análise de seus efeitos de sentido. Para tanto, a organização ocorrerá sempre na mesma sequência, qual seja: as informações dadas pela emissora em seu *site* ou antes da exibição das transcrições e gravações telefônicas (em vídeo), a transcrição e a análise para os quatro objetos de estudo, nessa respectiva ordem. Objetivando ainda melhor visualização e referência, os turnos de fala serão organizados por ordem numérica entre parênteses para facilitar as referências no momento da análise.

Ademais, é importante compreender em quais situações as marcações *aspas* e *itálico* são indicadas. Sabe-se que, se há uma marcação, é para diferenciar aquela palavra ou expressão do restante do texto. Como nos propõem muitas gramáticas, o emprego das aspas se dá em citações para distingui-la do resto do contexto, sejam elas de trechos, ou ainda títulos; para dar destaque, seja para acentuar o valor significativo, seja para mostrar que a palavra foi usada com um sentido inesperado – normalmente por meio de ironia; bem como em diálogos para apresentar a mudança de interlocutor e para apontar o uso de uma língua estrangeira (CUNHA; CINTRA, 2008). Há ainda algumas gramáticas que levantam considerações a respeito de seu uso para separar “neologismos, estrangeirismos ou qualquer palavra estranha ao contexto vernáculo” (LUFT, 1996, p. 195). Os destaques por meio de aspas, portanto, recorrem ao que a gramática propõe, enquanto o itálico é uma ferramenta utilizada em manuais editoriais para diferenciar, principalmente, palavras estrangeiras e títulos de obras.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (2002a, p. 03), em *Regras Gerais de Apresentação*, propõe que os recursos tipográficos (sejam eles negrito, grifo ou itálico) devem ser utilizados para destacar o título e as referências desse mesmo documento, bem como para dar ênfase ou destaque no texto (200b, p. 02). O que se observa, nesse sentido, é que o itálico é utilizado como um recurso análogo às aspas, em que os destaques são, por vezes, o desvio da norma culta e/ou padrão.

### 4.1 Análise 01

O primeiro recorte que compõe nosso *corpus* de análise diz respeito a uma notícia veiculada pela Rede Record, em dezembro de 2012, no programa *Domingo Espetacular*, intitulada *SP: grampos telefônicos registram a ação de criminosos*

*matadores de policiais*. Na página<sup>23</sup> da emissora, lê-se o seguinte texto explicativo da matéria:

Um *criminoso* confessa o *assassinato* de um policial de São Paulo e gramos telefônicos registram os *matadores* momentos antes da ação. No vídeo, você vai saber como é o mecanismo de ataque da principal *facção do crime* organizado à polícia de São Paulo. Nossas equipes registram o diário do confronto entre criminosos e policiais nesta semana no estado mais rico do país. Além disso, veja histórias de vidas perdidas na onda de ataques. Em duas *chacinas*, os criminosos *atacaram* bares. Entre as *vítimas* está uma criança de cinco anos (REDE RECORD, 2013b) (grifos nossos).

Assim, antes mesmo de assistir à reportagem – como acontece nos noticiários – somos introduzidos ao conteúdo da matéria por um texto explicativo. Nota-se que a apresentação realizada pelas jornalistas no início da matéria é praticamente a mesma, havendo somente a supressão das últimas informações: “Um criminoso confessa o assassinato de um policial militar e gramos telefônicos registram os matadores momentos antes da ação. Você vai saber como é o mecanismo de ataque da principal facção do crime organizado à polícia de São Paulo”. A outra jornalista acrescenta: “Nossas equipes registram como foi a semana de confronto entre criminosos e policiais no estado mais rico do Brasil”.

A proposta aqui é analisar as retextualizações apresentadas em tais notícias; contudo, é interessante notar as informações que introduzem a matéria. Os gramos telefônicos dizem respeito aos diálogos realizados pelos *criminosos* antes de agirem. Normalmente, o termo *criminoso* está relacionado a *delinquente* ou *culpado*, aquele que realizou um ato contra a lei. De imediato, recebemos a informação de que a posição desses sujeitos, portanto, é de infratores, especialmente por terem realizado *duas chacinas*, com a morte de uma criança e de um policial. É importante refletir a respeito da definição desse termo, pois, de acordo com dicionários, *chacina* está relacionada à matança e esquartejamento de gado, e, ainda, em seu modo figurado, é uma matança/morticínio, um assassinio com mutilação de cadáver (PRIBERAM, 2014; MICHAELIS, 2014; DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2009, p. 141). Assim, a ideia que se tem é da matança de diversas pessoas de maneira cruel. A matéria, contudo, dá a entender que a morte da criança ocorreu sem realmente ter sido intencional. Há ainda outros termos como *atacaram*, *facção do crime*, *matadores*,

---

<sup>23</sup> A reportagem completa encontra-se no link <<http://noticias.r7.com/videos/sp-gramos-telefonicos-registram-a-acao-de-criminosos-matadores-de-policiais/id%2Fmedia%2F50bbdc5b92bbe4366dfd9486.html>>.

*assassinato* e *vítima* que permitem que o telespectador já se posicione a respeito do assunto e dos falantes.

Tais rótulos, portanto, já demonstram a posição adotada pela emissora, que poderia, por exemplo, tratá-los pelo nome. É importante atentar que, se os fatos não terminaram de ser apurados e uma pessoa ainda não foi julgada, muito menos condenada, ela é *suspeita* ou *acusada* pela realização daquelas ações, mesmo que tenha confessado o ato<sup>24</sup>. A sentença, nesse sentido, acaba sendo realizada pelo próprio programa. É interessante notar ainda que a manchete da notícia é sobre *a ação de criminosos matadores de policiais*, não sobre um homem que *confessa um crime*, apresentação essa muito mais tênue do que a afirmação feita, já induzindo uma maneira de o público receber a notícia. Além disso, é interessante notar que a manchete propõe o plural, contudo, trata-se de *um* homem que confessou a morte de *um* policial.

Vale refletir ainda a menção de que esse fato ocorreu no *estado mais rico do Brasil*. A presença dessa informação, bem como os termos destacados, pode sugerir sentidos aos telespectadores. Um efeito de sentido possível para esse caso é que, justamente por ser o estado mais rico, a polícia deveria contar com mais recursos, mais cobertura para a equipe de segurança. Além disso, permite com que surja a questão: se é assim no estado mais rico, como será/é nos estados com menos suporte?

A seguir, apresentamos o *layout* da notícia no *site*, em que os termos chave de pesquisa para o vídeo são similares aos destacados no texto explicativo, já exibindo a primeira fala da gravação:

---

<sup>24</sup> Esse direito é mantido pelo Artigo 5º, Inciso LVII da Constituição Federal de 1988, que diz que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”, conhecido também por *Princípio da Presunção de Inocência*. Assim, há uma “garantia processual atribuída ao acusado pela prática de uma infração penal, oferecendo-lhe a prerrogativa de não ser considerado culpado por um ato delituoso até que a sentença penal condenatória transite em julgado. Esta situação, em tese, evita a aplicação errônea das sanções punitivas previstas no ordenamento jurídico. Ainda garante ao acusado um julgamento de forma justa em respeito à dignidade da pessoa humana” (FERRARI, 2012). Há também, no Código de Processo Penal, Artigo 197, a consideração de que uma confissão será aferida “pelos critérios adotados para os outros elementos de prova, e para a sua apreciação o juiz deverá confrontá-la com as demais provas do processo, verificando se entre ela e esta existe compatibilidade ou concordância”. Assim, ainda que ocorra a confissão de um ato, só se considera o confesso culpado após a averiguação e condenação pelo juiz.



**Domingo Espetacular**  
publicado em 02/12/2012 às 20h57:

## SP: grampos telefônicos registram a ação de criminosos matadores de policiais

Recomendar | Tweetar 1 | +1 0 | Print



Um criminoso confessa o assassinato de um policial de São Paulo e grampos telefônicos registram os matadores momentos antes da ação. No vídeo, você vai saber como é o mecanismo de ataque da principal facção do crime organizado à polícia de São Paulo. No ssas equipes registram o diário do confronto entre criminosos e policiais nesta semana no estado mais rico do país. Além disso, veja histórias de vidas perdidas na onda de ataques. Em duas chacinas, os criminosos atacaram bares. Entre as vítimas está uma criança de cinco anos.

Tags: [Domingo Espetacular](#), [Fabiana Scaranzi](#), [Janine Borba](#), [Paulo Henrique Amorim](#), [ataque](#), [crime](#), [criminosos](#), [diário](#), [facção](#), [criminoso](#), [matadores](#), [morte](#), [policial](#), [polícia](#), [sao paulo](#), [violencia](#)

**Figura 1** – Imagem ilustrativa da apresentação da reportagem *SP: grampos telefônicos registram a ação de criminosos matadores de policiais* no site da Rede Record, bem como seu texto explicativo.

**Fonte:** Rede Record (2013b).

Como exemplificado na imagem anterior, é possível observar as retextualizações veiculadas pelo noticiário, as quais são apresentadas ao público juntamente com o áudio a que se referem. A emissora “traduz” ainda algumas considerações a respeito de termos utilizados ao longo da gravação, em que *grandona* e *pista* significam, respectivamente, códigos para metralhadora e pistola.

O quadro abaixo reproduz exatamente o texto veiculado pela emissora, inclusive no que diz respeito a marcações, como pontuação, aspas, itálicos etc.

(continua)

<i>Retextualização da emissora</i>
0’33”:
(1) <b>Falante 01:</b> Tem um helicóptero da Civil aqui em cima de mim aqui, mano.
(2) <b>Falante 02:</b> Já era.

(conclusão)

\*Este primeiro diálogo não apresenta os nomes dos falantes, contudo, aos 2'33" podemos rever esse mesmo diálogo – com divergências de apresentação – sendo o falante 01 nomeado como “Baré”.

1'00”:

(3) **Chaveiro:** O “bico” tá aqui, mas “nóis” não sabe se é ele. Parece, é cabelo grisalho, mas tá meio de lado, mas quadradinho, mano.

(4) **Caixa:** Mas é coroa?

(5) **Chaveiro:** É, entendeu?

1'42”:

(6) **Léo Gordo:** Já desce já, mano. “Nóis” vai pegar a grandona e uma pista, certo, irmão? Aí eles “vai” pegar as outras que tiver lá e descer e concluir, né, mano?

\*Léo Gordo se entregou à polícia como o assassino do policial a mando de uma gangue (PCC) e estava em diálogo com o “Caixa”.

2'20”:

(7) **Léo Gordo:** Já era, tudo tranquilo.

2'33”:

(8) **Baré:** É o seguinte... Tem um helicóptero da Civil em cima de mim, aqui, mano.

\*Baré é apresentado como braço direito de Léo Gordo.

2'48”:

(9) **Baré:** Só se um arrumar alguém na favela para falar que a arma é dele, né?

(10) **Advogado:** Teria que “fechar” algum menor aí pra chegar e falar: “eu coloquei aqui, nem sabia”.

**Quadro 2** - Reprodução das retextualizações realizadas pelo programa *Domingo Espetacular*, da Rede Record (2013b).

**Fonte:** A autora (2014).

Antes de aprofundar uma análise mais específica sobre o que é apresentado, é interessante relacionar o processo realizado para essa retextualização com o proposto por Marcuschi (2010) e discutido anteriormente. Como mencionado, não foi possível identificar uma norma jornalística para o processo; entretanto, nota-se que alguns pontos sugeridos por Marcuschi acabam sendo realizados (somente três, das nove operações).

(continua)

“☺” ou “☺ ↔ ☺”	Proposta de Marcuschi	Retextualização da emissora
1ª operação	Eliminação de marcas estritamente interacionais, hesitações e partes de palavras ( <i>estratégias de eliminação</i> baseada na idealização linguística)	Nota-se essa eliminação no processo, como a de pausas: “Parece (...) é cabelo grisalho” (3), marca que foi eliminada na retextualização.

(conclusão)

2ª operação	Introdução da pontuação com base na intuição fornecida pela entoação das falas ( <i>estratégias de inserção</i> em que a primeira tentativa segue a sugestão da prosódia)	Há a ocorrência desta operação diversas vezes, como: “Mas é coroa?” (4) e “É o seguinte...” (8).
3ª operação	Retirada de repetições, reduplicações, redundâncias, paráfrases e pronomes egóticos ( <i>estratégia de eliminação</i> para uma condensação linguística)	Essa operação acaba se “contradizendo” no processo, especialmente porque há a repetição de uma mesma fala (1, 8). Na primeira ocorrência mantém-se a repetição de “aqui” e na segunda ela é eliminada.
4ª operação	Introdução da paragrafação e pontuação detalhada sem modificação da ordem dos tópicos discursivos ( <i>estratégia de inserção</i> )	Não é possível identificar esse processo.
5ª operação	Introdução de marcas metalinguísticas para referenciação de ações e verbalização de contextos expressos por dêiticos ( <i>estratégia de reformulação</i> objetivando explicitude)	Não é possível identificar esse processo.
6ª operação	Reconstrução de estruturas truncadas, concordâncias, reordenação sintática, encadeamentos ( <i>estratégia de reconstrução</i> em função da norma escrita)	Não é possível identificar esse processo.
7ª operação	Tratamento estilístico com seleção de novas estruturas sintáticas e novas opções léxicas ( <i>estratégia de substituição</i> visando a uma maior formalidade)	Essa operação não ocorre, pois se mantém os termos que o falante usou – inclusive as marcações orais e gírias (3, 6).
8ª operação	Reordenação tópica do texto e reorganização da sequência argumentativa ( <i>estratégia de estruturação argumentativa</i> )	Não é possível identificar esse processo devido aos recortes e conteúdo da gravação.
9ª operação	Agrupamento de argumentos condensando ideias ( <i>estratégia de condensação</i> )	Não é possível identificar esse processo devido aos recortes e conteúdo da gravação.

**Quadro 3** – Relações entre a retextualização proposta pela Rede Record (2013b) e as operações sugeridas por Marcuschi (2010).

**Fonte:** Adaptado de Marcuschi (2010).

Assim, é possível verificar que há certa similaridade entre os processos de retextualização de Marcuschi e o trabalho do editor/transcritor. Em outras palavras, mesmo sem termos encontrado um manual que guie esse tipo de trabalho, ou a existência de um padrão nacional para isso, de acordo com depoimentos de comunicadores, é possível perceber que o profissional responsável por esse trabalho acaba, mesmo que instintivamente, seguindo operações básicas que auxiliam na melhor compreensão dessa fala no modo escrito.

Já no que diz respeito ao que nos é apresentado, primeiramente é importante observar a nomeação dos falantes pela emissora. Nos textos introdutórios, os sujeitos são apresentados como *criminoso(s)*, *responsáveis por assassinatos*, *matadores*, *membros da principal facção do crime* em SP. Entretanto, na retextualização, são utilizados nomes próprios ou apelidos, comuns entre amigos, mas também em gangues. A única incidência sem nome é na apresentação do primeiro diálogo (1, 2), que aqui denominamos como Falantes 1 e 2, mas que, ao ser repetido em (8), com pequenas mudanças no conteúdo/apresentação, como o acréscimo de um *aqui* na frase, aquele se torna “Baré”. O primeiro diálogo abre a reportagem como a gravação realizada momentos antes do assassinato de um policial, enquanto que, em um segundo momento, é apresentado como a fala surpreendida de “Baré” por estar sendo seguido pela polícia. Desse modo, percebe-se que ambos os momentos são apresentados de maneiras distintas, com explicações diferentes ao telespectador. Uma hipótese para isso é que o programa acaba tendo liberdade para ordenar e apresentar as informações submetidas à ótica e aos objetivos daquela notícia.

As demais nomações apresentadas são “Chaveiro”, “Caixa”<sup>25</sup>, “Léo Gordo”, “Baré” e “Advogado”. Quanto aos dois primeiros, não são apresentadas informações; “Léo Gordo”, como apresentado no quadro, é o matador da manchete que se entregou à polícia pelo assassinato do policial. “Baré” é comparsa de “Léo Gordo” e liga para seu “Advogado” em busca de uma solução para o que fazer com a arma do crime. Esses dois últimos serão retomados adiante com outras considerações essenciais para este estudo.

Aprofundando questões de conteúdo e da apresentação das falas, nota-se certa divergência quando às gírias<sup>26</sup> na reportagem. Em (1), verifica-se o termo *mano* – que

---

<sup>25</sup> A notícia apresenta ainda a imagem da transcrição/retextualização de documentos da polícia. Contudo, a apresentação da polícia quanto ao falante em (4) é *Cacha* (visto em 0’50”).

também encontramos em (3) e (6). Trata-se de uma gíria popular, principalmente da região de São Paulo, que se refere, de maneira geral, a alguém em que se confia, um amigo ou aliado. Contudo, é possível perceber que o termo não está marcado, mesmo as gírias sendo classificadas, por vezes, como desvios – ou vícios de linguagem.

Em (2) e em (7), vemos a expressão *já era*, a qual é utilizada em ambientes informais como uma gíria que significa algo que já acabou ou que aconteceu. Nota-se, portanto, que, nesses dois momentos da retextualização, as gírias não foram marcadas. Já em (3), nos é apresentado o termo “bico” entre aspas – marcação utilizada nessa retextualização. Esse termo refere-se ao policial assassinado, Flávio do Carmo, que estava em uma padaria. Assim, inicia-se uma divergência de padrão nas marcações, pois *bico* é uma gíria como “bicudo”, alguém fofoqueiro e intrometido – possivelmente motivo pelo qual houve essa morte: a desconfiança de que esse policial os havia delatado.

Os termos *grandona* e *pista* (6) também são gírias (como já mencionado, foram apresentados como códigos para *metralhadora* e *pistola*), de acordo com a própria emissora. Talvez, devido a essa explicação dada pelos repórteres, tais termos não são marcados como gírias, ou seja, também estão sem aspas.

O termo *irmão* (6) tem o mesmo sentido de *mano*, podendo ser considerados sinônimos e ambos os termos recebem o mesmo tratamento por parte do transcritor.

Em (10), observa-se “fechar”, entre aspas, que, no contexto situacional, não significa cessar, nem apresentar limites, mas, sim, entrar em acordo ou impor alguma situação, como verificamos também na expressão “fechar o cerco”, que acaba encurralando alguém.

Assim, é possível perceber que não há coerência no uso ou não de aspas para marcação de um mesmo fenômeno, no caso, a gíria, a qual, segundo a norma escrita culta, deve sempre ser grafada entre aspas. Possivelmente, haja, para o editor, a concepção de que, se apresentados significados (*pista* e *grandona*), ou se forem termos recorrentes no cotidiano ou presentes no léxico do telespectador (como *mano*), não seja necessário realizar marcações.

É importante notar ainda que o uso das aspas não ocorre somente nesse caso. Como é possível verificar em (3) e (6), há uma mudança fonológica, uma ditongação –

---

<sup>26</sup> As gírias percebidas ao longo dos diálogos foram pesquisadas em dicionários informais e sites colaborativos na *Internet*, construídos pelos próprios usuários e conhecedores das expressões. Um exemplo é o Gíria Wiki: <<http://pt.gurias.wikia.com/wiki/>>.

“nóis” – marcada entre aspas; contudo, a conjugação do verbo que a sucede não. Caso não houvesse a ditongação e o sujeito permanecesse “nós”, os verbos não estariam, de acordo com a norma culta escrita, adequados. Provavelmente, o editor considere a corrente expressão “a gente” como uma substituição para “nóis”, motivo que o faria grifar somente o sujeito. Contudo, “a gente” também é considerado inadequado se considerarmos a formalidade.

Nesse sentido, o fato de a emissora marcar o sujeito “nóis” como desvio e não a concordância, por exemplo, que, a princípio, seria mais grave, já nos dá indícios de como ela entende a língua: normalmente, são considerados a existência de “erros” mais estigmatizados do que outros, pois enfatizam um traço descontínuo de aceitação. Assim, verifica-se que a presença de termos que, por vezes, são *menos aceitos* pelo modo como são empregadas e que “soam mal” aos ouvidos de um grupo específico acabam sendo marcadas, enquanto alguns desvios possuem certo traço gradual de aceitação e, portanto, não precisam ser marcados.

Por outro lado, também identificamos em (6) uma marcação entre aspas de um verbo – “vai” – apontado, portanto, como uma inadequação do verbo em relação ao sujeito *eles*, contrapondo o que fora argumentado no parágrafo anterior. Assim, nota-se a disparidade em relação sujeito e concordância, outro possível desvio considerado mais grave e menos aceitável.

Além disso, verifica-se também a retextualização com mudanças de algumas palavras se comparadas com o áudio, pois, na língua falada, ocorrem diversas elisões. Em (9), “Baré” diz *pra* ao invés de *para*, ou seja, houve a mudança de uma forma específica do uso oral para a forma mais utilizada no modo escrito; contudo, o mesmo não ocorre em (10), na fala do “Advogado”, e, mesmo optando por apresentar *pra*, não há marcação com aspas. Note que a mudança ocorreu na fala do *braço direito do assassino* “Léo Gordo”, “Baré”; entretanto, o “Advogado”, que, teoricamente, está em uma classe diferente e possivelmente superior, devido à sua escolaridade, pode falar sem ter sua fala destacada. Por ser o comparsa do *assassino* e, como apresenta o texto introdutório, os diálogos são entre *criminosos* que fazem parte desse “ataque da principal facção do crime organizado”, logo associamos “Baré” à criminalidade, à marginalidade. Já a posição de “Advogado”, o único apresentado por sua profissão, que,

popularmente, também é conhecida por ser formada por *doutores*<sup>27</sup>, pode nos dar a ideia de que é um sujeito que estudou e tem conhecimento suficiente, não somente da área do Direito, mas também de língua; portanto, poderia falar desse modo sem ser julgado por isso – dando destaque a uma profissão que merece ser revelada.

Entretanto, esse é um possível efeito de sentido. Também podemos conjecturar que a ilusão de igualdade entre os *criminosos* e o “Advogado” não é fruto de suas posições sociais, mas da arbitrariedade de marcação por parte do transcritor, que não dispensa o mesmo tratamento a elementos de valor similar. O mais interessante, porém é que quem decide sobre essas marcações é essa figura que estamos chamando de *transcritor*, e que, em outras palavras, atualiza, na retextualização, sua forma de entendimento de alguns aspectos da língua como, por exemplo, o que pode ou não ser aceito como desvio à norma em uma avaliação puramente ideológica, pautada em sua experiência como falante e nas orientações da emissora. É nesse sentido que entendemos a possibilidade de analisar os efeitos de sentido provenientes das retextualizações, uma vez que, como se pode notar, há um sujeito operando com discursos nesse processo.

## 4.2 Análise 02

A outra reportagem da Rede Record que faz parte deste *corpus* tem por título *PMs ajudam bandidos a roubar caixas eletrônicos na Baixada Santista*, que foi ao ar em setembro de 2013, pelo programa *São Paulo no Ar*. O *link*<sup>28</sup> que contém a matéria também apresenta um texto explicativo da reportagem:

Ligações telefônicas revelam que oito *policiais militares davam suporte* ao roubo de caixas eletrônicos no litoral de São Paulo. Os PMs ficavam em contato direto com a *quadrilha* durante o *crime* e avisavam a horam [sic] em que eles tinham que fugir. Quatro policiais foram presos e outros quatro estão em prisão administrativa (REDE RECORD, 2013a) (grifos nossos).

O apresentador William Travassos, por outro lado, anuncia a notícia da seguinte forma: “E agora, presta atenção. Polícia dando proteção a *bandido*, à *quadrilha*, a *ladroes de banco*. Os caras explodiam *tranquilamente* os caixas eletrônicos

---

<sup>27</sup> Sabe-se que essa noção está presente no senso comum, mas reforça o fato de quê entendemos esses profissionais como estudados e com conhecimento suficiente de língua. Ou seja, seus desvios podem ser intencionais ou não, entretanto, conhecem a norma culta e podem realizar tais escolhas.

<sup>28</sup> A reportagem completa encontra-se no *link* <<http://noticias.r7.com/videos/pms-ajudam-bandidos-a-roubar-caixas-eletronicos-na-baixada-santista/idmedia/523996800cf2834884eb23bc.html>>.

da Baixada Santista, sabe por quê? Porque tinha policial dando guarita pros caras. Essa é a informação da investigação. Dá uma olhada nisso”, em um tom de indignação.

Note que já são apresentados alguns juízos de valor a respeito do que será veiculado: autoridades que, teoricamente, deveriam atuar em prol da sociedade, *dão suporte* a uma *quadrilha* enquanto essa comete um *crime tranquilamente*, avisando-os quando deveriam *fugir*. Essa apresentação, atrelada ao tom do jornalista, já remete ao telespectador uma ideia de revolta e aversão quanto à notícia. O mais interessante, contudo, é observar que, em nenhum momento, os policiais parecem estar sendo também acusados do crime, como era de se esperar, já que todo aquele que auxilia alguém a cometer um crime também pode ser considerado culpado. Podemos assim inferir pelo emprego específico de alguns vocábulos. Observemos, por exemplo, que os policiais *dão suporte* a uma atividade ilícita. Ora, sabemos que, muitas vezes, a mídia utiliza o termo *comparsa* para essa condição, ou mesmo *cúmplice*. Assim, o papel dos policiais parece ser atenuado. Além disso, é possível notar que os policiais são sempre referidos, na chamada da notícia e na retextualização exibida ao público, por sua profissão e nunca passam a ser referidos como *criminosos*, *bandidos* ou *ladrões*, como os outros agentes do ato.

Ainda no que concerne aos aspectos linguísticos dessa notícia, notamos claramente, na fala do jornalista, traços de oralidade que normalmente não vemos – *pros*, por exemplo. Nos telejornais, de maneira geral, percebemos dois tipos de noticiário: aqueles em que os apresentadores leem no *Teleprompter* (um monitor que reflete o texto), ou seja, possuem como auxílio o texto escrito e revisado, e conseqüentemente mais regulado em termos de adequação à norma culta escrita e à formalidade exigida pelo telejornal; e os noticiários improvisados, que normalmente abordam temas polêmicos, com uma linguagem mais coloquial e opinativa. Possivelmente, o público desse programa seja específico e mais relacionado com o segundo tipo, sendo, portanto, apresentado com uma fala menos regulada e repleta de coloquialismo, como evidenciamos no uso de “os caras”, entre outros.

Analisando agora a retextualização exibida ao grande público, apresentamos em seguida visualização do *layout* do *site*, em que vemos como as falas foram transcritas e dispostas:



São Paulo no Ar  
publicado em 18/09/2013 às 09h49:

## PMs ajudam bandidos a roubar caixas eletrônicos na Baixada Santista

Recomendar · Tweetar (2) · +1 · T · Pin it



Ligações telefônicas revelam que oito policiais militares davam suporte ao roubo de caixas eletrônicos no litoral de São Paulo. Os PMs ficavam em contato direto com a quadrilha durante o crime e avisavam a horam em que eles tinham que fugir. Quatro policiais foram presos e outros quatro estão em prisão administrativa.

Tags: [SP no Ar](#), [São Paulo no Ar](#), [William Travassos](#), [corrupção polícia](#), [erampo telefônico](#), [pm ajuda crime](#), [quadrilha baixada santista](#), [roubo caixa eletrônico](#)

**Figura 2** - Imagem ilustrativa da apresentação da reportagem *PMs ajudam bandidos a roubar caixas eletrônicos na Baixada Santista* no site de Rede Record, bem como seu texto explicativo.

**Fonte:** Rede Record (2013a).

A retextualização das gravações exibidas nessa reportagem são distribuídas em dois blocos, a primeira exibida entre 0'46"-0'55" e a segunda entre 1'23"-1'36", como é apresentado a seguir:

(continua)

<i>Retextualização da emissora</i>
<p>46"-55":</p> <p>(1) <b>Policial:</b> E aí o que manda?</p> <p>(2) <b>Ladrão:</b> Você "tá" aí no mesmo lugar?</p> <p>(3) <b>Policial:</b> Estou no mesmo lugar e tem outra aqui comigo também.</p> <p>(4) <b>Ladrão:</b> Então, está do mesmo jeito?</p> <p>(5) <b>Policial:</b> Do mesmo jeito.</p> <p>(6) <b>Ladrão:</b> Tu vai poder ficar na linha comigo, né?</p> <p>(7) <b>Policial:</b> Vou, tranquilo.</p>

(conclusão)

1'23"-1'36":

**(8) Ladrão:** Vai, vai, vai, vai, vai.**(9) Policial:** Escutou daqui, hein.**(10) Ladrão:** Escutaram daí?**(11) Policial:** Aham. (...) Molhou, molhou, molhou, molhou.**(12) Ladrão:** Molhou, molhou, molhou, molhou. “Vamo” embora. (...) Bora, bora, bora.**Quadro 4** – Reprodução das retextualizações realizadas pelo programa *São Paulo no Ar*, da Rede Record (2013a).**Fonte:** A autora (2014).

Como realizado anteriormente, a seguir serão consideradas as operações sugeridas por Marcuschi (2010) a fim de compreender alguns passos na construção dessa retextualização, para, então, serem tecidos comentários de análise:

(continua)

“☺” ou “☺ ↔ ☺”	Proposta de Marcuschi	Retextualização da emissora
1ª operação	Eliminação de marcas estritamente interacionais, hesitações e partes de palavras ( <i>estratégias de eliminação</i> baseada na idealização linguística)	Neste caso, percebe-se que o editor manteve traços de oralidade, como “né?” (6), “hein” (9) e apresenta marcas de pausa “(...)” (11, 12).
2ª operação	Introdução da pontuação com base na intuição fornecida pela entoação das falas ( <i>estratégias de inserção</i> em que a primeira tentativa segue a sugestão da prosódia)	Há a ocorrência desta operação diversas vezes, facilmente notada, principalmente, pelo uso da interrogação (1, 2, 4, 6).
3ª operação	Retirada de repetições, reduplicações, redundâncias, paráfrases e pronomes egóticos ( <i>estratégia de eliminação</i> para uma condensação linguística)	Em (2) – “Você ‘tá’ aí no mesmo lugar? [tu]” –, é suprimido um “tu” ao final da frase, possível ser verificado no áudio; mas há repetições que parecem ser mantidas para dar ênfase à mensagem (8, 11, 12).
4ª operação	Introdução da paragrafação e pontuação detalhada sem modificação da ordem dos tópicos discursivos ( <i>estratégia de inserção</i> )	Não é possível identificar esse processo.
5ª operação	Introdução de marcas metalinguísticas para referenciação de ações e verbalização de contextos expressos por dêiticos ( <i>estratégia de reformulação</i> objetivando explicitude)	Não é possível identificar esse processo.

(conclusão)

6ª operação	Reconstrução de estruturas truncadas, concordâncias, reordenação sintática, encadeamentos ( <i>estratégia de reconstrução em função da norma escrita</i> )	Não é possível identificar esse processo.
7ª operação	Tratamento estilístico com seleção de novas estruturas sintáticas e novas opções léxicas ( <i>estratégia de substituição</i> visando a uma maior formalidade)	Nos turnos (2), (3), (4) e (7), o áudio propõe <i>cê, tá, tô</i> e <i>vô</i> , por exemplo, e o transcritor os modifica para <i>você, está, estou</i> e <i>vou</i> ; mas se contradiz ao manter outro <i>tá</i> em (2).
8ª operação	Reordenação tópica do texto e reorganização da sequência argumentativa ( <i>estratégia de estruturação argumentativa</i> )	Não é possível identificar esse processo devido aos recortes e conteúdo da gravação.
9ª operação	Agrupamento de argumentos condensando ideias ( <i>estratégia de condensação</i> )	Não é possível identificar esse processo devido aos recortes e conteúdo da gravação.

**Quadro 5** – Relações entre a retextualização proposta pela Rede Record (2013a) e as operações sugeridas por Marcuschi (2010).

**Fonte:** Adaptado de Marcuschi (2010).

Bem como o outro objeto, essa retextualização não segue todas as operações, mas realiza alguns passos sugeridos por Marcuschi (2010), o que também sugere a existência de alguns processos básicos e incontornáveis na transposição desses gêneros.

Nessa retextualização, é possível perceber uma menor incidência de gírias, as quais não recebem marcações – no caso, as aspas. O caso mais explícito é *molhou*, empregado repetidamente, o que sugere que a situação complicou – servindo como um substituto da expressão *a barra sujou* ou *ferrou*, as quais eram mais usuais alguns anos atrás. Há também o uso de duas expressões em um mesmo turno de fala, *E aí, o que manda?*, as quais também são próprias do modo falado e não recebem qualquer tipo de marcação no modo escrito. A primeira expressão normalmente é utilizada como um modo de saudação, ou para dar continuidade a algum assunto; a segunda é um modo de questionar o que está acontecendo, ou o que o outro pode contar. Na gravação e na oralidade, verifica-se ainda a repetição do *que* para essa expressão: *que que manda?*, reestruturação também realizada pela emissora para evitar a repetição e se adequar ao que a norma culta propõe.

Como ocorreu no primeiro caso, aqui também houve mudanças de algumas palavras, se comparadas ao áudio, devido a recursos fonológicos que frequentemente

ocorrem na fala. Assim, os traços próprios da oralidade são, em grande maioria, desconsiderados, e algumas palavras são escritas atendendo aos requisitos da norma culta escrita. Os termos *tá* (2) e *vamo* (12) estão entre aspas, sendo exemplos de elisão<sup>29</sup>, sendo esse último, por vezes, utilizado com elisão e junção, ação comum no coloquialismo oral, pois agiliza a fala: *vambora*. Contudo, *você* (2), *estou* (3), *mesmo* (3, 4, 5), *também* (3), *está* (4), *poder* (6) e *vou* (7) também são produzidas, segundo o áudio, com recursos fonológicos típicos da oralidade – há redução silábica por supressões e assimilações, mas não são escritas como verificamos na gravação (*cê*, *tô*, *memo*, *tamém*, *tá*, *podê* e *vô*, respectivamente), nem são marcadas pelo editor. Há também o caso de haver elisão, mantê-lo e não marcá-lo como desvio de norma, como o *bora* (12) ao invés de *embora*.

Esse diálogo, portanto, embora seja menor em relação ao demais, nos apresenta dados significativos para análise. Primeiramente, aponta nas nomeações dos falantes a “função” deles em sociedade, contudo, há uma divergência na atitude do sujeito, pois o *policial* está agindo diferentemente do que se espera dele. Note-se que as duas marcações entre aspas pertencem à fala do *ladrão* (*tá* - 2, *vamo* - 12), mesmo que na fala do *policial*, de acordo com o áudio original, ele também diga *tô*, por exemplo. A fala do profissional com cargo de autoridade, portanto, não apresenta marcações, mesmo que ocorra divergências similares do tipo como *meliante*.

Em (9), o policial comenta após a explosão dos ladrões: *escutou daqui, hein?*; ou seja, ele suprime o sujeito, possivelmente a locução pronominal *a gente*, visto a conjugação do verbo. O emprego dessa locução é bastante comum em situações menos monitoradas de fala e escrita, sendo considerada informal. Nota-se, portanto, que mesmo o sujeito sendo suprimido na fala do policial, o verbo está em concordância com ele, mas não estaria com o que propõe a norma: *nós escutamos daqui*. Desse modo, é possível inferir ou uma certa falta de atenção quanto esse fato, ou ser algo proposital: o editor não quis dar ênfase ao desvio cometido por ser algo recorrente no cotidiano.

---

<sup>29</sup> Sabe-se que há três formas diferentes de elisão, sendo elas a aférese, quando há eliminação de som no começo da palavra (*cê*, *tá*); a apócope, quando há eliminação de um ou mais sons no fim (*vamo*); e a síncope, quando se elimina uma vogal, com a consequente eliminação de uma sílaba (*pra*, *xicra*) - Silva (2011). Contudo, este estudo irá apontar somente a maneira geral, isto é *elisão*, para esses fenômenos.

### 4.3 Análise 03

O terceiro objeto de estudo foi veiculado pela Rede Globo, em outubro de 2013, no programa *Jornal Nacional*. A matéria, intitulada *Escutas mostram que quadrilha manteve contato com traficante preso no Rio*, de acordo com o jornalista William Bonner, apresenta “novos trechos de escutas telefônicas [que] mostram que uma quadrilha manteve contato com um traficante do Rio de Janeiro, atualmente preso, que já chefiou a venda de drogas na favela da Rocinha”.

As informações dadas pelo *site*<sup>30</sup> a respeito dessa matéria são:

Promotores do Ministério Público de SP descobriram que chefes da quadrilha, que controla 90% dos presídios do estado, falaram por celular com traficante preso. O criminoso já chefiou a venda de drogas na favela da Rocinha (REDE GLOBO, 2013b).

De acordo com a reportagem, os telefonemas entre as quadrilhas foram feitos entre *Soriano*, um detento e chefe que, supostamente, controla 90% dos presídios de SP, e *Nem da Rocinha*, ou Antônio Francisco Bonfim Lopes, um traficante do Rio de Janeiro, antes de ser preso.

A seguir, apresentamos como a notícia pode ser visualizada, incluindo o turno de fala (2):



**Figura 3** – Imagem ilustrativa da apresentação da reportagem *Escutas mostram que quadrilha manteve contato com traficante preso no Rio* no site de Rede Globo, bem como seu texto explicativo.

**Fonte:** Rede Globo (2013b).

<sup>30</sup> A reportagem completa encontra-se no link: <<http://globo.com/rede-globo/jornal-nacional/v/escutas-mostrar-que-quadrilha-manteve-contato-com-trafficante-preso-no-rio/2890874/>>.

Na apresentação da retextualização, notam-se algumas marcações informais, algumas, inclusive, destacadas por itálico:

<i>Transcrições da emissora</i>
<p>0'31":</p> <p>(1) <b>Soriano:</b> A gente não tem guerra com vocês, a gente não tem inimizade com vocês aí entendeu, meu?</p> <p>(2) <b>Nem da Rocinha:</b> <i>Mano</i>, eu não tenho problema com ninguém, nem no Rio de Janeiro. A minha é somar, fazer as minhas <i>parada</i> certinho, ganhar o meu dinheiro.</p>
<p>0'56":</p> <p>(3) <b>Soriano:</b> Aí, <i>nós</i> é amigo pessoal do Fernando lá, entendeu irmão?</p> <p>*Fernando, segundo as investigações, é Fernandinho Beiramar, que também está preso.</p>
<p>1'18":</p> <p>(4) <b>Preso:</b> <i>Nós tá</i> no grampo 24 horas por dia, o barato é <i>loco</i>.</p>
<p>1'25":</p> <p>(5) <b>Soriano:</b> A gente vai fazer o seguinte mano: vai mandar um irmão nosso, da nossa confiança aqui... O crime fortalece o crime.</p> <p>(6) <b>Nem da Rocinha:</b> Realmente que a liberdade chegue o mais rápido, o mais breve possível pra todo mundo aí falou?</p>

**Quadro 6** – Reprodução das retextualizações realizadas pelo programa *Jornal Nacional*, da Rede Globo (2013b).

**Fonte:** A autora (2014).

Contudo, antes de entrar no mérito das marcações realizadas, verificaremos se essa retextualização se encaixa nas operações sugeridas por Marcuschi (2010):

(continua)

“☺” ou “☺ ↔ ☺”	Proposta de Marcuschi	Retextualização da emissora
1ª operação	Eliminação de marcas estritamente interacionais, hesitações e partes de palavras ( <i>estratégias de eliminação</i> baseada na idealização linguística)	O editor manteve marcações de pausa, como é possível observar em (5) com as reticências: “...da nossa confiança aqui... O crime fortalece o crime”.
2ª operação	Introdução da pontuação com base na intuição fornecida pela entoação das falas ( <i>estratégias de inserção</i> em que a primeira tentativa segue a sugestão da prosódia)	Há a ocorrência desta operação, visto as vírgulas, pontos e interrogações.

(conclusão)

3ª operação	Retirada de repetições, reduplicações, redundâncias, paráfrases e pronomes egóticos ( <i>estratégia de eliminação</i> para uma condensação linguística)	A repetição de <i>a gente</i> em (1) foi mantida, mesmo podendo ser suprimida: “A gente não tem guerra com vocês, a gente não tem inimizade com vocês”.
4ª operação	Introdução da paragrafação e pontuação detalhada sem modificação da ordem dos tópicos discursivos ( <i>estratégia de inserção</i> )	Não é possível identificar esse processo.
5ª operação	Introdução de marcas metalinguísticas para referenciação de ações e verbalização de contextos expressos por dêiticos ( <i>estratégia de reformulação</i> objetivando explicitude)	Não é possível identificar esse processo.
6ª operação	Reconstrução de estruturas truncadas, concordâncias, reordenação sintática, encadeamentos ( <i>estratégia de reconstrução</i> em função da norma escrita)	Essa operação acaba se “contradizendo” no processo, pois, ao mesmo tempo em que há a reconstrução em (4), visto que o áudio apresenta “...no grampo 24 hora, o barato...” e o editor apresenta “...no grampo 24 horas por dia...”, há também a marca e desconsideração de uma concordância em (2).
7ª operação	Tratamento estilístico com seleção de novas estruturas sintáticas e novas opções léxicas ( <i>estratégia de substituição</i> visando a uma maior formalidade)	Verifica-se a seleção e substituição de <i>nóis</i> para <i>nós</i> em (4), visto que o áudio apresenta a ditongação do sujeito.
8ª operação	Reordenação tópica do texto e reorganização da sequência argumentativa ( <i>estratégia de estruturação argumentativa</i> )	Não é possível identificar esse processo devido aos recortes e conteúdo da gravação.
9ª operação	Agrupamento de argumentos condensando ideias ( <i>estratégia de condensação</i> )	Não é possível identificar esse processo devido aos recortes e conteúdo da gravação.

**Quadro 7** – Relações entre a retextualização proposta pela Rede Globo (2013b) e as operações sugeridas por Marcuschi (2010).

**Fonte:** Adaptado de Marcuschi (2010).

Bem como os dois primeiros objetos de estudo, nota-se que essa retextualização contém algumas operações sugeridas por Marcuschi (2010), possivelmente por um instinto de operações básicas para esse processo.

No que diz respeito diretamente ao proposto na retextualização, verifica-se que, oriundo de um processo de gramaticalização recorrente na modalidade de língua oral, o termo *a gente*, verificado nos turnos (1) e (5), é uma tendência de substituição, na oralidade, do pronome reto *nós*. É interessante notar que esse termo, no entanto, não é marcado como desvio da norma, enquanto *nós*, primeira pessoa do plural, seguido por verbos em conjugação no singular, são apontados em itálico (turnos 3, 4). Assim, os editores parecem reconhecer a gradual substituição de *nós* por *a gente*, mas não aceitam que haja discordância entre pronome e verbo, como no turno (4). O fato curioso é que a marcação se dá no pronome, que está correto, e não no verbo. Mais interessante ainda é que a ditongação em *nós*, verificada no áudio original, foi suprimida da retextualização, mas o desvio de concordância foi mantido, fato que talvez explique a marcação em itálico apenas no pronome. Novamente, deparamo-nos com certa arbitrariedade por parte do transcritor, que decide, segundo suas considerações a respeito do que ouve, o que deve ou não ser mantido ou corrigido.

Quanto às gírias, verifica-se uma clara divergência no padrão, visto que o termo *mano* apresenta-se duas vezes, mas uma está marcada como desvio, no turno (2), e como ocorrência normal no turno (5). Novamente, parece-nos que não há critérios para a marcação ou não dos elementos do texto, ficando tal processo a cargo do transcritor que, como sabemos, irá tomar tais decisões somente com base em sua percepção de língua, seguindo também possíveis preceitos da emissora. A falta de critério faz com que, por vezes, haja mesmo até certa incoerência nas marcações, como verificamos nesse caso.

Outros termos informais, inclusive outras gírias, também aparecem com destaque em itálico, como (*parada* – 2; *loco* – 4), mas também sem o destaque (*meu* – 1; *barato* – 4; *falou* – 6). Note-se que, aqui, apontamos as gírias e marcações orais em proximidade, visto a dificuldade de apresentar limites de seus usos, justamente devido à mutabilidade da língua. O que pode ser utilizado como gíria, como *falou*, também pode ser um marcador da oralidade para finalizar a sentença.

A expressão *fazer as minhas parada certinho* é composta pela gíria *parada(s)*, que significa objetos ou coisas. É possível identificar, portanto, que há uma marcação



ali; contudo, parece ser não por se tratar de uma gíria, mas, sim, devido à falta de concordância nominal, visto que os pronomes possessivos, *as minhas*, está no plural. É importante ressaltar que a ausência do plural é bastante recorrente em algumas variantes da Língua Portuguesa, e ocorre, inclusive, na norma culta falada, especialmente com falantes em situações informais e descontraídas. Essa eliminação das marcas de plural redundante não ocorre somente em nosso idioma, sendo comum a marcação de somente uma palavra para indicar o número. Normalmente, a indicação de plural se dá pelo artigo definido que precede a sentença; entretanto, no caso de não existir, ela é repassada para a primeira palavra a ser pluralizada, podendo ser um substantivo ou adjetivo.

Já em *o barato é loco* (4), somente o último termo aparece grifado, mesmo *barato* sendo uma gíria para algo interessante. O termo *loco*, especificamente, diz respeito a *louco*, algo fora do comum, mas que, do modo que foi escrito, como uma monotongação, proporciona outra leitura/entonação – devido à possibilidade fonética da primeira vogal, que, nesse caso, é representada pelo símbolo fonético /o/. Um exemplo que possibilitaria outro entendimento é a expressão em latim *in loco*, ou seja, no lugar, ou a conjugação do verbo *locar* na primeira pessoa do singular, que apresenta a vogal mais aberta /ɔ/. A ideia que temos de transcrição/retextualização é de que se trata de um processo que auxilia no entendimento do áudio. Porém, nesse caso, especificamente, com marcação e sem alteração da palavra, há a probabilidade de ocorrer o oposto, principalmente para quem não está acostumado com a expressão. O efeito que decorre disso, portanto, é de um código que somente *presos* – nome dado ao falante desse turno – sabem e falam, e, conseqüentemente, merece ser destacada.

Contudo, nota-se inconstância nesse processo, pois, no mesmo turno de fala, em (4), o editor ignora a elisão do *s* em *horas* e adiciona *por dia* (visto que o áudio propõe somente *no grampo 24 hora*) como uma possível correção pragmática, não apontando nenhum desvio de norma. Provavelmente, isso deve ter sido proposto para deixar claro que não eram 24 horas qualquer e estanques, mas algo constante e contínuo. Ainda assim, verifica-se certa displicência com esse processo e sua padronização, visto que, anteriormente, não foi realizada modificação em alguns termos.

Do mesmo modo que já comentado em outro objeto deste estudo, possivelmente ocorre aqui a ênfase em termos e expressões não aceitas pelo editor e para um grupo específico, enquanto outros são.

Outra consideração a ser realizada aqui é que, por se tratar de um *corpus* cujos recortes são provenientes da Rede Globo, bem como o que será apresentado em seguida, faz-se necessário ainda uma referência aos *Princípios editoriais* veiculados pela emissora. Para mantê-las em paralelo, tais considerações serão apresentadas ao fim da análise 04 para concluir a reflexão sobre essa retextualização.

#### 4.4 Análise 04

A última reportagem que compõe o *corpus* deste trabalho também foi apresentada pelo Jornal Nacional, da Rede Globo, no mês de novembro de 2013. O título da matéria é *Bandidos montam um cartório falso e enganam milhares de pessoas em SP*, e apresenta em sua edição *online*<sup>31</sup> um extenso texto – se comparado com os demais objetos de estudo – a respeito da matéria:

A polícia de São Paulo prendeu, nesta quinta-feira (28), sete *suspeitos* de aplicar um golpe em que as vítimas acreditam estar sendo atendidas por um cartório. Só que ele é falso. A gente vê na reportagem de César Galvão e Robinson Cerântula.

Quando as *vítimas* telefonavam para um cartório de protesto, a ligação caía dentro de uma casa em Guarulhos, na grande São Paulo.

O *falso oficial* do cartório pressionava o devedor. (...)\*

Depois de receber o dinheiro em uma conta bancária, os *golpistas* ainda explicavam para cada vítima que aquilo era um golpe, e ensinavam como não ser enganada outra vez. (...)

Depois de ouvir as vítimas, a polícia levou cinco meses para descobrir o endereço do falso cartório.

Nesta quinta (28), sete pessoas foram presas. Três estavam dentro do falso cartório. Lá dentro, havia uma caixa cheia de avisos de protesto e um computador, com a tela aberta na página de um cartório verdadeiro, que não tem nenhuma relação com o *crime*.

Uma linha telefônica, comprada com nome e endereço falsos era usada dentro da casa. O grupo passou os últimos cinco anos usando o mesmo número de telefone para aplicar golpes. Para escolher as vítimas, os *golpistas* tinham acesso aos avisos de protesto antes que eles chegassem às mãos dos devedores.

“Existe a possibilidade de participação de empresas terceirizadas. Vamos ver se existe a participação também do correio. É importante ver como essas cartas chegavam às mãos dos estelionatários”, aponta Paulo Henrique Navarro Barbosa, delegado.

Segundo a polícia,[sic] até cem pessoas recebiam ligações do falso cartório por mês. Quem caiu na conversa da quadrilha teve um prejuízo dobrado: pagou para o *golpista* e ainda ficou com a dívida que deveria ter sido quitada com o cartório verdadeiro. (...) (REDE GLOBO, 2013a) (grifos nossos).

\*Os pontos com (...) possuem trechos com outras retextualizações, apresentadas no quadro a seguir, na respectiva ordem do texto.

---

<sup>31</sup> A reportagem completa encontra-se no *link* <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/11/bandidos-montam-um-cartorio-falso-e-enganam-milhares-de-pessoas-em-sp.html>>.

A introdução da matéria pela apresentadora Patrícia Poeta é bastante similar com a já apresentada no texto: “A polícia de São Paulo prendeu hoje sete suspeitos de aplicar um golpe em que as vítimas acreditam estar sendo atendidas por um cartório, só que ele é falso. A gente vê agora na reportagem de César Galvão e Robinson Cerântula”. Esse texto falado, portanto, parece regulado e contido – diferentemente daquele da Rede Record, destinado a outro público e com outro objetivo –, provavelmente por ser um trecho lido do texto escrito. Ainda assim, percebe-se que há a elisão do *r* em *aplica*, fato recorrente na oralidade, bem como o uso de *a gente*. Em outras palavras, é interessante notar que, mesmo sendo um texto lido – e por uma profissional da imprensa –, há a presença de marcas orais que também são observadas nas conversas das gravações.

Além disso, destacamos alguns termos que foram utilizados, pois, por meio deles, já verificamos algumas ideias do que a notícia irá propor: note-se que o primeiro termo usado para referenciar o grupo nos textos é *suspeitos*; contudo, logo em seguida, já se tornam *golpistas*. A emissora, portanto, já sentencia o grupo de pessoas envolvidas, que deixam de ser *suspeitas* para serem *falsos oficiais* e responsáveis pelos *crimes*.

Em seguida, apresentamos uma parte do texto, para a visualização de como a notícia é veiculada pelo *site*, para, a seguir, serem apresentadas as retextualizações veiculadas. Note-se que o texto da página apresenta, em seu corpo, trechos de retextualização, as quais são diferentes das propostas no vídeo:

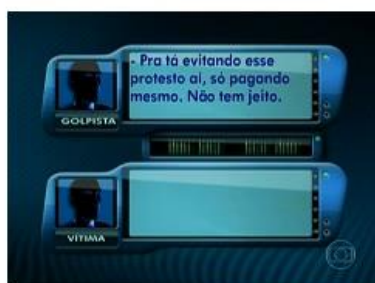


Edição do dia 28/11/2013  
28/11/2013 21h52 - Atualizado em 28/11/2013 21h52

## Bandidos montam um cartório falso e enganam milhares de pessoas em SP

A polícia de São Paulo prendeu, nesta quinta-feira (28), sete suspeitos de aplicar um golpe em que as vítimas acreditam estar sendo atendidas por um cartório.

Tweetar 2 | Recomendar



A polícia de São Paulo prendeu, nesta quinta-feira (28), sete suspeitos de aplicar um golpe em que as vítimas acreditam estar sendo atendidas por um cartório. Só que ele é falso. A gente vê na reportagem de César Galvão e Robinson Cerântula.

Quando as vítimas telefonavam para um cartório de protesto, a ligação caía dentro de uma casa em Guarulhos, na grande São Paulo.

O falso oficial do cartório pressionava o devedor.

Golpista: Para estar evitando esse protesto só pagando mesmo. Não tem jeito.

**Figura 4** – Imagem ilustrativa da apresentação da reportagem *Bandidos montam um cartório falso e enganam milhares de pessoas em SP* no site de Rede Globo, bem como seu texto explicativo.

Fonte: Rede Globo (2013a).

(continua)

<i>Retextualização da emissora no vídeo</i>	<i>Retextualização da emissora na matéria escrita na página da internet</i>
<p>0'19":</p> <p>(1) <b>Vítima:</b> Alô. De qual cartório que é?</p> <p>(2) <b>Golpista:</b> O senhor tá ligando pra central de distribuição de São Paulo.</p> <p>(3) <b>Vítima:</b> Quem tá falando?</p> <p>(4) <b>Golpista:</b> É o Roberto.</p>	
<p>0'30":</p> <p>(5) <b>Golpista:</b> Pra tá evitando esse protesto aí, só pagando mesmo. Não tem jeito.</p>	<p>(11) <b>Golpista:</b> Para estar evitando esse protesto só pagando mesmo. Não tem jeito.</p>

(conclusão)

<p>0'44":</p> <p><b>(6) Golpista:</b> Não vou ficar mais enrolando. Infelizmente aí, a senhora perdeu esse dinheiro, aí.</p> <p><b>(7) Vítima:</b> Ah, é um golpe?</p> <p><b>(8) Golpista:</b> É. Infelizmente a senhora depositou em conta clonada isso daí.</p>	<p><b>(12) Golpista:</b> Não vou ficar mais enrolando. Infelizmente, a senhora perdeu esse dinheiro.</p> <p><b>(13) Vítima:</b> É um golpe?</p> <p><b>(14) Golpista:</b> Infelizmente a senhora depositou em conta clonada isso daí.</p>
<p>2'03":</p> <p><b>(9) Golpista:</b> Quando alguém ligar e pedir pra depositar em pessoa física já fica esperta, que é golpe.</p> <p><b>(10) Vítima:</b> Ah, podia ter avisado antes, né?</p>	<p><b>(15) Golpista:</b> Quando alguém ligar e pedir para depositar em pessoa física, já fica esperta, que é golpe.</p> <p><b>(16) Vítima:</b> Podia ter avisado antes.</p>

**Quadro 8** – Reprodução das retextualizações realizadas pelo programa Jornal Nacional, da Rede Globo (2013a).

**Fonte:** A autora (2014).

Assim, há duas possibilidades de retextualizações para esse objeto. Uma hipótese para a existência dessas duas variedades é que, no vídeo, a passagem é acompanhada paralelamente com o áudio e é visualizada em um curto espaço de tempo, com uma média de dois segundos. O vídeo, portanto, tem uma dinâmica diferente da escrita no *site*, que, provavelmente por ter outra dinâmica de leitura e retomada, permite ao leitor prestar mais atenção a alguns detalhes, além de causar certo distanciamento do jornalista responsável pela matéria com a fala dos sujeitos envolvidos na gravação.

Pelas operações sugeridas por Marcuschi (2010), verifica-se que:

(continua)

“☺” ou “☺ ↔ ☺”	Proposta de Marcuschi	Retextualização da emissora no vídeo	Retextualização da emissora no <i>site</i>
1ª operação	Eliminação de marcas estritamente interacionais, hesitações e partes de palavras ( <i>estratégias de eliminação</i> baseada na idealização linguística)	Não é possível identificar esse processo.	Em 5 dos 6 turnos de fala apresentados, foram eliminadas diversas marcas orais, como <i>aí</i> (11, 12), <i>ah</i> (13, 16), <i>é</i> (14) e <i>né</i> (16).
2ª operação	Introdução da pontuação com base na intuição fornecida pela entoação das falas ( <i>estratégias de inserção</i> em que a primeira tentativa segue a	Há a ocorrência dessa operação diversas vezes, como a pontuação ao final de orações – ponto final e interrogação.	Há a ocorrência desta operação diversas vezes, como a pontuação ao final de orações – ponto final e interrogação.

	sugestão da prosódia)		
3ª operação	Retirada de repetições, reduplicações, redundâncias, paráfrases e pronomes egóticos ( <i>estratégia de eliminação</i> para uma condensação linguística)	Não é possível identificar esse processo no vídeo.	Na retextualização da página, esse processo ocorre, visto que o editor retira todas as repetições e marcas orais, como pode ser observado em (12).
4ª operação	Introdução da paragrafação e pontuação detalhada sem modificação da ordem dos tópicos discursivos ( <i>estratégia de inserção</i> )	Não é possível identificar esse processo.	Não é possível identificar esse processo.
5ª operação	Introdução de marcas metalinguísticas para referenciação de ações e verbalização de contextos expressos por dêiticos ( <i>estratégia de reformulação</i> objetivando explicitude)	Não é possível identificar esse processo.	Não é possível identificar esse processo.
6ª operação	Reconstrução de estruturas truncadas, concordâncias, reordenação sintática, encadeamentos ( <i>estratégia de reconstrução</i> em função da norma escrita)	Verifica-se que o editor altera a escrita das palavras se comparado com o áudio, visto a mudança de vô- vou (6), pedi-pedir (9) e pa-pra (9); e mantém alguns pra (5).	Na matéria escrita, o editor realiza todas as reconstruções – vou, para, pedir, por exemplo.
7ª operação	Tratamento estilístico com seleção de novas estruturas sintáticas e novas opções léxicas ( <i>estratégia de substituição</i> visando a uma maior formalidade)	Essa operação não ocorre, pois se mantém os termos que o falante usou – inclusive as marcações orais e gírias (3, 6).	Essa operação não ocorre, pois se mantém os termos que o falante usou.
8ª operação	Reordenação tópica do texto e reorganização da sequência argumentativa ( <i>estratégia de estruturação argumentativa</i> )	Não é possível identificar esse processo devido aos recortes e conteúdo da gravação.	Os trechos foram organizados para da mesma maneira que aparecem no vídeo e apresentam com o restante do texto uma sequência argumentativa. Contudo, ao que diz respeito somente às retextualizações, não é possível identificar

(conclusão)

			esse devido aos recortes e conteúdo da gravação.
9ª operação	Agrupamento de argumentos condensando ideias ( <i>estratégia de condensação</i> )	Não é possível identificar esse processo devido aos recortes e conteúdo da gravação.	Não é possível identificar esse processo.

**Quadro 9** – Relações entre as retextualizações propostas pela Rede Globo (2013a) e as operações sugeridas por Marcuschi (2010).

**Fonte:** Adaptado de Marcuschi (2010).

O que propõe Marcuschi (2010), portanto, também ocorre nesse último caso em algumas operações. Verifica-se, assim, que todos os objetos de estudo acabam possuindo algum traço das operações de retextualização sugeridas pelo autor, o que nos permite refletir que essa ação possui operações básicas que norteiam o profissional, mesmo sem haver um manual ou padrão nacional para esse processo.

Como observado, portanto, esse objeto de estudo apresenta duas versões de retextualização propostas pela emissora. Primeiramente, no que diz respeito ao vídeo, nota-se a presença de recursos fonológicos comumente usados na fala, como a elisão *tá* (2, 3, 5) e *pra* (2, 5, 9), por exemplo, ao invés de *estar a para*, os quais não estão marcados. Aliás, não há marcações nesse diálogo; mesmo com a presença de gerundismos (5), de linguagem informal (incluindo o uso das expressões *ficar enrolando* (6) e *fica esperta* (9)) e de marcadores de oralidade (como a repetição de *aí* (6); a interjeição *ah* (7, 10), e *né?* (10)) – os quais são suprimidos na retextualização no texto *online* (12, 13, 16). Nessa outra retextualização, inclusive, há mudanças sensíveis, pois os termos antes apresentados suprimidos (*tá, pra*, por exemplo) aparecem como a norma escrita culta propõe (11, 15). Alguns termos são ainda apresentados do mesmo modo em ambas as retextualizações, mas divergem do som da gravação, como *vou/vô; ligar/ligá; pedir pra-para/pedi pa* (6, 9, 12, 15).

Portanto, esse objeto de estudo, apesar de apresentar divergências das retextualizações quanto à fidelidade ao som e na formalidade escrita das palavras, por exemplo, não está destacado. Isso se dá, provavelmente, pois há aceitação desses desvios pelo profissional que realizou esse trabalho. Assim, entende-se que, para o editor, não há desvios tão graves que mereçam ênfase, mesmo se tratando do mesmo programa do objeto de estudo anterior. Desse modo, há a inconsistência desse trabalho inclusive com a possibilidade de ser realizado por uma mesma equipe.

Como mencionado no terceiro objeto de estudo, também proveniente da Rede Globo, há, no *site* da emissora, alguns *Princípios editoriais* que devem permear o trabalho jornalístico da equipe.

De acordo com a página oficial<sup>32</sup>, que disponibiliza esse documento, intitulado *Princípios editoriais das organizações Globo*<sup>33</sup> (REDE GLOBO, 2011), a emissora preza por isenção – tida como palavra-chave do jornalismo, buscando ser “livre de prismas e de vieses”, mesmo havendo consciência da impossibilidade disso e da necessidade de apresentar opiniões diversas sobre um assunto para informar melhor.

Assim como a verdade é inexaurível, é impossível que alguém possa se despir totalmente do seu subjetivismo. Isso não quer dizer, contudo, que seja impossível atingir um grau bastante elevado de isenção. É possível, desde que haja um esforço consciente do veículo e de seus profissionais para que isso aconteça.

Todos os jornalistas envolvidos na apuração, edição e publicação de uma reportagem, em qualquer nível hierárquico, devem se esforçar ao máximo para deixar de lado suas idiosincrasias e gostos pessoais (REDE GLOBO, 2011, p. 05).

Assim, a emissora prima por buscar e orientar os jornalistas em prol da isenção, mesmo sabendo de sua impossibilidade. É importante lembrar que, como a própria Análise do Discurso nos alerta, não existe e não é possível haver um discurso isento. Assim, no caso das retextualizações, nota-se, além da escolha dos trechos veiculados, marcações que conotam o posicionamento do transcritor, principalmente no que diz respeito à sua visão de língua.

Sobre isso, os *Princípios editoriais* apresentam algumas orientações:

Os veículos das Organizações Globo usarão a norma culta da Língua Portuguesa, levando sempre em conta a sua evolução e as múltiplas possibilidades que ela acolhe. Gírias e neologismos serão evitados, sendo aceitos em declaração de entrevistados ou em reportagens mais leves, acompanhados, quando necessário, da explicação sobre seu significado. Cada veículo estabelecerá, em seu manual de redação, a padronização que considerar a mais apropriada. Mas editores evitarão que suas idiosincrasias em relação à língua se tornem norma (REDE GLOBO, 2011, p. 15).

Esse excerto, portanto, converge com algo que foi possível identificar ao longo dessa análise: o enaltecimento da norma culta em grande parte dos casos, além da

---

<sup>32</sup> Site oficial da Rede Globo: <<http://www.globo.com/>>; e documento dos *Princípios editoriais das organizações Globo*: <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.pdf>>.

<sup>33</sup> Estes princípios publicados são direcionados ao posicionamento da emissora perante ética, comportamento e valores; e, mesmo apresentando a valorização da norma, não chega a ser um manual editorial, pois não apresenta seu modo prático e efetivo. Prova disso são as divergências de uso dentro da emissora – e até mesmo dentro de um mesmo programa, como visto nesse estudo.



confirmação de que não há um padrão que oriente esse trabalho. Assim, aqui temos também uma resposta para uma dúvida levantada ao longo deste projeto: é escolha do transcritor e do manual de redação do programa o modo como a língua será apresentada, mas deve ser utilizada o mais apropriado: a norma culta. Contudo, isso acaba entrando em contradição com trecho a seguir, que propõe a adaptação da linguagem de acordo com o público, pauta e formato. Há ainda a ênfase de que a linguagem deve estar de acordo com as possibilidades de entendimento dos menos instruídos para que não sejam excluídos:

Cada veículo tem um público-alvo e deve agir de acordo com as características dele, adaptando a elas pauta, linguagem e formato. Mas, para as Organizações Globo, todo público tem um alto poder de discernimento e entendimento: o menos culto dos homens é capaz de decidir o que é melhor para si, escolhe visando à qualidade e entende tudo o que lhe é relatado de forma competente. Essa convicção deve ser levada em conta especialmente pelos veículos de massa que produzem informação para pessoas de todos os níveis de instrução. Nesse caso, a linguagem e o formato não devem ser rebuscados a ponto de afastar os menos letrados nem simplórios a ponto de afastar os mais instruídos. Se informarem em linguagem clara sobre assuntos de interesse de todos, serão sempre bem entendidos (REDE GLOBO, 2011, p. 19).

Com base nisso, é interessante refletir: será que todos os telespectadores compreendem o que os realces com aspas ou itálico representam na apresentação da notícia? Possivelmente, o conteúdo que sofre ênfase seja inteligível para o público menos instruído, já que esses telespectadores podem ter contato com tais expressões de fala em seu cotidiano. No entanto, entenderiam também o papel discursivo de tais marcações que, como tentamos mostrar aqui, reflete, entre outros aspectos, uma avaliação do transcritor em relação às produções desses falantes? E, com relação aos falantes mais instruídos, conseguiriam eles também identificar que tais marcações têm um efeito avaliativo e, em última instância, valorativo?

Releva também observar que a própria emissora se posiciona quanto a esse aspecto: “as Organizações Globo repudiam todas as formas de preconceito, e seus veículos devem se esforçar para assim ser percebidos” (REDE GLOBO, 2011, p. 08). Entretanto, como já exemplificado, as modificações e realces podem gerar um efeito de sentido valorativo, considerando certas variantes aceitáveis e outras, não, o que pode, em última análise, ser caracterizado como preconceito linguístico.

Feitas essas considerações iniciais e específicas sobre cada um dos objetos de estudo, é necessário tecer alguns comentários que nos auxiliarão a compreender melhor essas marcações e seus efeitos.

Primeiramente, é interessante perceber que os recursos/sinais gráficos utilizados pelos editores são símbolos que o falante alfabetizado conhece, como a pontuação (vírgulas, ponto final, reticências, interrogação etc.), acentos (agudos, o til), a diferença entre maiúsculas e minúsculas, e que os vocábulos – que lhes dão sentidos – devem ser separados por um espaço em branco. Contudo, algumas palavras são marcadas pelas aspas e outras estão em *itálico*, dando-lhes destaque.

Ao longo desta análise, foi possível perceber que essas marcações, entretanto, não são padronizadas – sendo marcados ora termos de valores diferentes, ora nenhuma marcação. Essas ênfases estão diretamente atreladas às escolhas do transcritor e propõem certo estranhamento ao telespectador, especialmente no que concerne à fala desses sujeitos. Grande parte desses destaques são os relacionados às gírias e/ou marcas orais, sendo difícil delimitar seus diferentes usos, como o do termo *falou*, por exemplo, que pode ser utilizado com ambos os valores. É interessante refletir, contudo, que, mesmo na língua culta, há a possibilidade de informalidade, bem como termos mais coloquiais, mas o que se percebe é que isso só ocorre na fala de indivíduos específicos.

A gíria constitui um vocabulário tipicamente oral. Sua presença na escrita reflete apenas um recurso linguístico, com objetivos determinados, como, por exemplo, indicar a fidelidade de uma transcrição (...) comprovar um uso em desacordo com o vocabulário de falantes cultos, caso em que é usual transcrevê-la entre aspas, como ocorre na *mídia* jornalística; etc. as restrições de seu emprego em muitas situações de comunicação, na língua oral, vêm comprovar uma atitude linguística de rejeição, por parte de quem fala ou escreve, o que torna a gíria um vocabulário marcado, cujo uso enfrenta preconceitos na sociedade (PRETI, 2000, p. 241) (grifo do autor).

Embora comumente sejam utilizados pares dicotômicos em análises, o objetivo não é somente observar se esses diálogos tratam do antagonismo da língua culta/língua popular, da língua escrita/falada, da formal/informal, como foram levantadas nas hipóteses até aqui. Como foi discutido, sabe-se que a língua é bem mais dinâmica e mutável do que esses termos propõem, principalmente devido ao *continuum* – conceito utilizado pela sociolinguística:

Em vez de imaginar a realidade linguística dividida em duas ou mais variedades estanques, que não interagem umas com as outras, alguns sociolinguistas que trabalham na vertente chamada interacional preferem investigar a situação de uso, o momento em que ocorre a interação: *quem está dizendo o que, a quem, onde, quando, dentro de que relações da hierarquia social, com que intenção etc.?* (...) Como os atores sociais em cena se valem desses recursos da língua para levar adiante sua tarefa comunicativa [?] (BAGNO, 2007, p. 54) (grifos do autor).

Assim, o estudo por meio do *continuum* é baseado em três pontos fluidos e que se sobrepõem: o +rural indo para o +urbano, o +oral indo para o +letrado, -monitorado para o + monitorado. Sabe-se da existência de diversos fatores fonético-fonológicos e morfossintáticos para esse tipo de análise, mas, basicamente, no primeiro caso, no *continuum* rural-urbano, seu embasamento ocorre pelo fato de o falante ter nascido e viver na *zona rural* (ou em uma cidade pequena) ou em uma *metrópole*, um ambiente urbano, havendo ainda estudos que consideram também entremeio disso: o *rurbano* – as periferias das metrópoles. O *continuum* oralidade-letramento indica se, no momento da interação, os falantes estavam realizando práticas orais ou se estavam apoiadas na leitura e escrita. E, finalmente, o *continuum* de monitoramento estilístico diz respeito ao grau de atenção do falante ao que estava falando. Nesse tipo de análise, considera-se também a pronúncia das palavras, verificando qual variante fonética compõe aquela fala (BAGNO, 2007, p. 54-55).

Por questões de limite na elaboração deste trabalho, entretanto, apresentaremos somente uma breve consideração sobre esses importantes aspectos. Visto que a interação ocorre pelo telefone, entre sujeitos que se conhecem e com objetivos comuns, apresentados em grande parte como *presos*, *ladrões*, *traficantes*, *assassinos*, falando com seus *comparsas* ou *policiais* que deixam corromper seu papel na sociedade, nota-se que, embora em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, a fala deles poderia se encaixar na *rurbana*, pois não apresentam sinais de ambiente rural, mas também não são variedades urbanas tidas como prestigiadas – comumente conhecida como periferia, além de apresentar traços fortes da oralidade e de não ser uma situação de monitoração da fala. Assim, percebe-se que essas situações interacionais, de maneira geral, poderiam se classificar como: *rurbana*, +oral, -monitorada, havendo apenas um caso de mais monitoramento no recorte 04, no turno de fala (5), em que o *golpista* parece realizar um controle do modo de fala, para que a situação de oficial do cartório seja mais verossímil ao falar com a *vítima*. Ainda assim, o falante mantém o uso de traços orais.

Desse modo, as marcações reforçam o estranhamento quanto à fala daqueles sujeitos, apontando desvios mesmo se tratando de falas menos monitoradas, em situações orais e em um ambiente *rurbano*. Sabe-se que a utilização de transcrições têm como finalidade ser um elemento de auxílio ao entendimento do telespectador do que está sendo reproduzido; entretanto, esse processo ignora certas condições típicas da oralidade, como o monitoramento reduzido. O que se percebe é que essas condições são

ignoradas, apresentando, intrinsecamente, um olhar sobre fala daqueles sujeitos. O último objeto de análise é o único que não apresenta marcações, mas nota-se nele alterações e eliminações significativas, especialmente por apresentar duas possibilidades de retextualização.

É possível notar, portanto, que em uma mesma emissora, ou no mesmo programa, há divergências de padrão quanto a esses destaques. Entretanto, todas acabam recaindo para o aperfeiçoamento da fala desses indivíduos ou na ênfase de seus desvios, tornando claro o sentido de que aquelas falas deveriam ser *diferentes* das enunciadas, direcionando-as para o que cada editor concebe como mais adequado: o que a norma culta postula.

Assim, como mencionado nas considerações tecidas a respeito da teoria da Análise do Discurso, não há a possibilidade de um discurso neutro, o que se percebe nas decisões do transcritor/editor, pois que são pautadas ideologicamente. Ao retomarmos a noção de *formações discursivas*, aquilo que “pode e deve ser dito a partir de uma dada posição numa dada conjuntura” (MALDIDIER, 2011, p. 46), relacionando ainda que disso resultam sentidos, percebemos que, para o editor, a presença de realces e alterações se vê, por vezes, necessária para se afinar ao discurso de que língua culta deve ser exaltada e que qualquer desvio à norma é negativo e não sistemático. Sua posição, portanto, condiz com esse discurso e se reflete em seu posicionamento – mesmo que de maneira não homogênea.

Nesse sentido, e considerando seu grande alcance e persuasão para formar opiniões, a mídia acaba veiculando também preceitos de como compreender a notícia – visto o modo como é exposta e os termos utilizados para explicá-la, mas também como foi e deve ser usada a língua.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foi possível verificar alguns exemplos de como a mídia apresenta a língua. A idealização faz com que ela seja apresentada e evidenciada como algo que deveria ser padrão, e suas variações são consideradas, no senso comum, como erros. Essa concepção, portanto, apresenta a língua com uma visão estática, como se ela fosse abstrata, linear e imutável, sendo inverossímil admitir suas variações como adequadas.

É importante lembrar que a norma-padrão não se consagra como uma variante, visto que não corresponde a nenhum uso real de língua, mas, sim, como um modelo – abstrato –, “como um discurso sobre a língua, uma ideologia linguística, que exerce evidentemente um grande poder simbólico sobre o imaginário dos falantes em geral, mas principalmente sobre os falantes urbanos mais escolarizados” (BAGNO, 2007, p. 106).

Assim, há, no inconsciente da sociedade, já-ditos a respeito de língua, especialmente sobre a idealização linguística. Acredita-se, ingenuamente, que deveria haver homogeneidade no modo de falar, um padrão baseado nas normas, que faria com que muitos falassem “direito” e soubessem “falar português”. Esse discurso não é novo e é atravessado por outros dizeres, mantendo-se e sendo propagado em muito do que vemos, incluindo o que a mídia veicula.

Desse modo, verifica-se o que foi parte do pensamento bakhtiniano: o dialogismo de interdiscurso e interlocução, em que, na “atmosfera do ‘já-dito’”, o discurso é determinado ao mesmo tempo pela réplica não ainda dita, mas solicitada e já prevista. É assim em todo diálogo vivo” (BAKHTIN, 1978, p. 103 apud AUTHIER-REVUZ, 2011, p. 10). Isto é, além do discurso apregoado pelo locutor/jornalista, há também o do ouvinte/telespectador, que, em conjunto, pode ser modificado ou reforçado nesse sentido e exaltação de ideal de língua.

Este trabalho, portanto, usou pressupostos da Sociolinguística em busca da reflexão e contribuição para compreender a língua relacionada com a sociedade, atentando ao fato de que a língua está atrelada ao usuário, ao contexto e que varia de acordo com a situação.

Claramente, todo o tipo de conhecimento é bom para o sujeito, principalmente porque o permite realizar escolhas e refletir criticamente sobre o que lhe é apresentado. Nisso, se encaixa o conhecimento sobre a língua: ter o contato com sua riqueza e suas

possibilidades sempre será positivo; contudo, isso não deve ser tratado como um suporte para a exclusão dos demais. O conhecimento de gêneros textuais, por exemplo, permite que o sujeito atinja diferentes objetivos, de diferentes maneiras, havendo nisso um monitoramento estilístico. O que se esquece é que a capacidade cognitiva de desenvolver linguagem faz parte do ser humano e está presente em seu cotidiano. Como coloca Bagno<sup>34</sup> (2010, p. 17 apud JUNQUEIRA et al., 2012, p. 03), “acusar alguém de não saber falar a sua própria língua materna é tão absurdo quanto acusar essa pessoa de não saber ‘usar’ corretamente a visão”. O ato de condenar a fala de um indivíduo não faz nenhum outro superior, mas, sim, ignorante das possíveis variações que a língua apresenta.

Os elementos que determinam a variação, assim, podem ser tanto de ordem linguística (estrutural) ou extralinguística (social) – podendo ainda ser a mescla das duas, motivo pelo qual este trabalho tentou alinhar alguns preceitos da sociolinguística sob o viés analítico da Análise do Discurso (BAGNO, 2007, p. 57). Todo indivíduo usa e dispõe de uma grande variedade de estilos, mais ou menos monitoradas para se comunicar. Contudo, o que se nota é a predominância do discurso de que as variedades estigmatizadas precisam ser melhoradas em todos os aspectos, mesmo em condições de uso menos monitoradas.

A mídia jornalística parece apresentar, pelo que vimos, além dessa visão estática, que o uso da língua também deve se pautar e se relacionar com a norma culta, sendo assim permeada pelo discurso normativo e excludente de variantes, oferecendo aos telespectadores efeitos de sentido que acabam por conotar isso.

Além disso, como mencionado já no início desse estudo e verificado nesse estudo, nota-se que as marcações e modificações na fala dos sujeitos acabam se relacionando ao que Charaudeau (2012) propõe como lógica simbólica, pois são apresentadas representações de valores construídas que regem e manipulam signos, produzindo sentidos.

Apesar disso, este trabalho pôde verificar ainda a inconsistência da mídia em manter um padrão. Esse despropósito causa ainda o efeito de que as marcações são feitas por mero acaso, dando ênfase a alguns desvios e não a outros, os quais parecem

---

<sup>34</sup> Para uma leitura mais aprofundada ver *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira* (2010), de Bagno.

ser mais graves para os transcritores, ou ao menos diferente do que consideram comum e aceitável.

A apresentação de um modo e não de outro, portanto, está fortemente atrelada à ideologia do profissional da comunicação, que aponta o que considera melhor no que diz respeito ao uso da língua. Nisso, ainda é possível refletir, nos excertos selecionados, sobre a própria nomeação dos falantes, que dá ao telespectador um conjunto pronto e fechado – o que dificulta a reflexão sobre o que é assistido.

Este trabalho, portanto, buscando favorecer novos entendimentos a respeito da mídia, pretendeu apresentar algumas reflexões do uso da língua pelo viés da Análise do Discurso, usando alguns conceitos da Sociolinguística. Assim, este estudo não pretendia obter determinações e conclusões absolutas, mas abrir novas possibilidades de estudo e aprofundamento sobre o tema. As recorrências nos discursos apresentados, principalmente no que concerne às marcações não padrões, direcionam a consideração de que, apesar de parecer algo “sem importância”, mesmo nas retextualizações deve haver a reflexão sobre o uso e apresentação da língua, pois os efeitos de sentido que disso decorrem podem estimular, mesmo que inconscientemente, o estigma dos telespectadores frente a alguns grupos sociais.

## REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002a. Disponível em: <<http://www.habitus.ifcs.ufrj.br/pdf/abntnabr6023.pdf>>. Acesso em: julho de 2014.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002b. Disponível em: <<http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/10520-Citas.pdf>>. Acesso em: julho de 2014.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Dizer ao outro no já-dito: interferências de alteridades – interlocutiva e interdiscursiva – no coração do dizer. In: **Letras de Hoje**. v. 46, n. 1. Porto Alegre: 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/9215/6365>>. Acesso em: julho de 2014.
- BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BAGNO, Marcos. **A norma oculta**: língua e poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. HUCITEC, 2006. Disponível em: <[http://www.fecra.edu.br/admin/arquivos/MARXISMO\\_E\\_FILOSOFIA\\_DA\\_LINGUAGEM.pdf](http://www.fecra.edu.br/admin/arquivos/MARXISMO_E_FILOSOFIA_DA_LINGUAGEM.pdf)>. Acesso em: maio de 2014.
- BARROS, Diana L. P. Entre a fala e a escrita: algumas reflexões sobre as posições intermediárias. In: PRETI, Dino (Org.). **Fala e escrita em questão**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/ USP, 2000.
- CABRERA, L. G.; GÓES, V. L.; SANTOS, A. dos. **Retextualização de Texto Oral**. Revista Anagrama, v. 1, n. 4. USP. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/35326/38046>>. Acesso em: maio de 2014.
- CASTILHO, Ataliba T. **Nova gramática do português brasileiro**. Contexto: São Paulo, 2010.
- CAVALCANTE, M. C. B.; MELO, T. V. Oralidade no Ensino Médio: em busca de uma prática. In: BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (Org.). **Português no Ensino Médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- CHARAUDEAU, Patrick. Introdução. In: **Discurso das mídias**. Tradução Angela S. M. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 15-29.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.



DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA – comentado pelo professor Pasquale. **Chacina**. Barueri, São Paulo: Gold Editora, 2009.

FERRARI, Rafael. O princípio da presunção de inocência como garantia processual penal. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 101, junho de 2012. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11829&revista\\_caderno=22](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11829&revista_caderno=22)>. Acesso em: julho de 2014.

FERRONATO, Vera Lúcia de A. S. **A fala e a escrita em questão**: retextualização. Curitiba, 2007. Disponível em: <[http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes\\_anteriores/anais16/sem10pdf/sm10ss02\\_09.pdf](http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem10pdf/sm10ss02_09.pdf)>. Acesso em: 15 de dez. de 2013.

FLORES, Valdir N. **Entre o dizer e o mostrar**: a transcrição como modalidade de enunciação. *Organon (UFRGS)*, v. 40-41, p. 30-45, 2006.

FOUCAULT. M. **A ordem do discurso**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola. 1999. Disponível em: <<http://projetophonesis.files.wordpress.com/2009/08/foucault-michela-ordem-do-discurso-aula-inaugural-no-college-de-france.pdf>>. Acesso em: junho de 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010** – Resultados Preliminares da Amostra. Tabela 8.6 – Domicílios particulares permanentes, total e com bens duráveis, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados\\_preliminares\\_amostra/default\\_resultados\\_preliminares\\_amostra.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares_amostra/default_resultados_preliminares_amostra.shtm)>. Acesso em: julho de 2014.

JUNQUEIRA, Maíra Élidy B.; SILVA, Genilson D.; SILVA, Luciene F.; ALMEIDA, Vanda A. da S.; SOUZA, Adriana B. **O preconceito linguístico na mídia televisiva**. In: Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2012, Rio de Janeiro. *Cadernos do CNLF*, 2012. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/xvi\\_cnlf/tomo\\_3/212.pdf](http://www.filologia.org.br/xvi_cnlf/tomo_3/212.pdf)>. Acesso em: 20 de dez. de 2013.

KUNSCH, Waldemar L. **Como editar um texto**: O que é editar um texto? 2006. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0126-2.pdf>>.

LUFT, Celso P. **Novo manual de português, gramática, ortografia oficial, literatura, redação, textos e testes**. 3. ed. São Paulo: Globo, 1996.

LYONS. John. **Lingua(gem) e Linguística**. Editora LTC, 1987.

MALDIDIER, D. A inquietude do discurso – Um trajeto na história da Análise do discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. In: **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em análise do discurso. Carlos Piovezani; Vanice Sargentini (Org.). São Paulo: Contexto, 2011.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da conversação**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1999.

MICHAELIS. **Chacina**. Dicionário online. 2014. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/DLPO/chacina>>. Acesso em: julho de 2014.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. Língua, linguagens, discurso. In: **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso**. Carlos Piovezani; Vanice Sargentini (Org.). São Paulo: Contexto, 2011.

PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. Legados de Michel Pêcheux e paradoxos da Análise do discurso no Brasil. In: **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso**. Carlos Piovezani; Vanice Sargentini (Org.). São Paulo: Contexto, 2011.

PRETI, Dino. A gíria na língua falada e na escrita: uma longa história de preconceito social. In: PRETI, Dino (Org.). **Fala e escrita em questão**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/ USP, 2000.

PRIBERAM. **Chacina**. Dicionário *online*. 2014. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=chacina>>. Acesso em: julho de 2014.

REDE GLOBO. **Bandidos montam um cartório falso e enganam milhares de pessoas em SP**. 2013a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/11/bandidos-montam-um-cartorio-falso-e-enganam-milhares-de-pessoas-em-sp.html>>. Acesso em: julho de 2014.

REDE GLOBO. **Escutas mostram que quadrilha manteve contato com traficante preso no Rio**. 2013b. Disponível em: <<http://globo.com/rede-globo/jornal-nacional/v/escutas-mostram-que-quadrilha-manteve-contato-com-trafficante-preso-no-rio/2890874/>>. Acesso em: julho de 2014.

REDE GLOBO. **Princípios editoriais das Organizações Globo**. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.pdf>>. Acesso em: julho de 2014.

REDE RECORD. **PMs ajudam bandidos a roubar caixas eletrônicos na Baixada Santista**. 2013a. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/videos/pms-ajudam-bandidos-a-roubar-caixas-eletronicos-na-baixada-santista/idmedia/523996800cf2834884eb23bc.html>>. Acesso em: julho de 2014.

REDE RECORD. **SP: Grampos telefônicos registram a ação de criminosos matadores de policiais**. 2013b. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/videos/sp-grampos-telefonicos-registram-a-acao-de-criminosos-matadores-de-policiais/idmedia/50bbdc5b92bbe4366dfd9486.html>>. Acesso em: julho de 2014.

REY-DEBOVE, Josette. À procura da distinção oral/escrito. In: CATACH, Nina (Org.). **Para uma teoria da língua escrita**. São Paulo: Ática, 1996. p. 75-90.

SILVA, Thaís C. **Dicionário de fonética e fonologia**. Colaboradores: Daniela Oliveira Guimarães, Maria Mendes Cantoni. São Paulo: Contexto, 2011.

VELHO, Francianne dos S. **Língua e ensino nas redes do poder**: análise discursiva dos programas jornalísticos televisivos *Bom dia Brasil*, *Jornal Nacional* e *CQC* acerca da polêmica do livro didático *Por uma vida melhor*. 2012. 80f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Licenciatura em Letras Português-Inglês) – Departamento Acadêmico de Comunicação e Expressão e Departamento Acadêmico de Línguas Estrangeiras Modernas, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Disponível em: <<http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/656>>. Acesso em: março de 2014.